

# Seu investimento de negócios em Niedersachsen

Gateway to the World

Esta brochura é publicada por:

**NGlobal**

**Niedersachsen Global GmbH**

Osterstraße 60 | D-30159 Hanôver – Alemanha

T +49 511 89 70 39-0

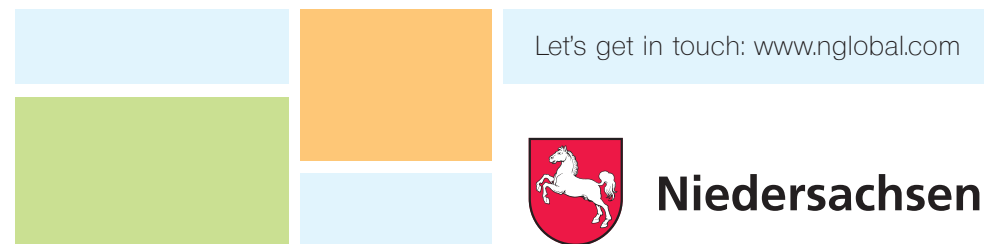
F +49 511 89 70 39-69

info@nglobal.com | www.nglobal.com

Editor:

Herfurth & Partner Rechtsanwalts-gesellschaft mbH

www.herfurth.de



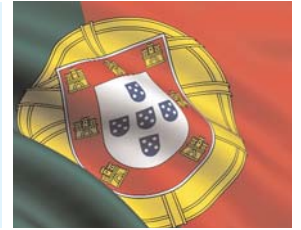
Let's get in touch: [www.nglobal.com](http://www.nglobal.com)



**Niedersachsen**

German for business.

## Tabela de Conteúdos



Bem-vindo à Niedersachsen	04
A. A região econômica Niedersachsen	06
B. Prática de contratos	12
C. Parceiros de negócios	16
D. Importação e exportação de mercadorias, normas aduaneiras	18
E. Formas jurídicas empresariais	20
F. A GmbH	28
G. O início de uma atividade comercial	36
H. Recursos humanos, trabalho e entrada no país	40
J. Marcas, patentes e direitos autorais	51
K. Mercado e concorrência	55
L. Imóveis	57
M. Impostos	61
N. Serviços de orientação e incentivo em Niedersachsen	69
As 100 maiores empresas de Niedersachsen em volume de vendas	79

## Bem-vindo à Niedersachsen

Niedersachsen Global – NGlobal – é o novo órgão central de incentivo ao desenvolvimento econômico do Estado Federado de Niedersachsen. Este órgão foi criado em 1º de janeiro de 2009 como resultado da fusão entre a Agência Internacional de Promoção (International Promotion Agency – IPA) e o Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia de Niedersachsen.

As principais tarefas da NGlobal são: incentivar o comércio exterior, auxiliar na implantação de empreendimentos industriais, promover a região de Niedersachsen e realizar atividades em feiras nacionais e internacionais. NGlobal estabelece, como parceiro direto em Niedersachsen, a conexão entre empresas e investidores nacionais e internacionais.

A NGlobal orienta e acompanha empresas estrangeiras que queiram ampliar suas atividades de negócios em Niedersachsen e apóia empresas regionais que queiram expandir para mercados internacionais.

Esta guia de negócios faz parte de um amplo

material promocional sobre a região e tem por objetivo revelar o potencial de negócios de Niedersachsen para sua empresa. Está disponível em seu idioma e em outros nove, algo completamente inovador no país.

NGlobal também está presente no exterior, contando com escritórios de representação e parceiros na China, Índia, Polônia, Rússia, Arábia Saudita, Escandinávia, África do Sul, em Cuba, nos Estados Unidos e nos Emirados Árabes Unidos.

Niedersachsen apresenta muitas vantagens como sede de negócios. Hanôver, a capital do Estado Federado e sede de importantes feiras internacionais como CeBIT e Hannover Messe, está localizada na intersecção das linhas norte-sul e leste-oeste tanto da malha rodoviária quanto ferroviária do país.

Nossa região orgulha-se de contar com muitas empresas de reconhecimento internacional, como a Volkswagen AG, assim como com instituições bancárias, seguradoras e centenas de empresas de pequeno e médio porte de vários segmentos econômicos. A brochura



“Niedersachsen em Números” apresenta uma visão geral sobre os principais segmentos e dados econômicos da região. Esta brochura é atualizada anualmente e está disponível em alemão e inglês.

O presente guia de negócios apresenta as possibilidades para o exercício de uma atividade econômica em Niedersachsen. Além dos parâmetros legais, serão apresentadas também informações sobre instituições de apoio e incentivo, responsáveis pelas primeiras orientações para todos os investidores nacionais e estrangeiros. Esta guia foi elaborada em estreita cooperação com os advogados da Sociedade Herfurth & Partner Rechtsanwaltsgesellschaft mbH de Hanôver.

Será um prazer poder recebê-los em Niedersachsen. A NGlobal coloca-se, desde já, a sua disposição para as primeiras perguntas que possam surgir em relação ao planejamento de suas atividades de investimento em nossa região.

Maiores informações sobre os serviços oferecidos pela NGlobal podem ser adquiridas através do site [www.nglobal.de](http://www.nglobal.de).

Fale conosco – a equipe de especialistas da NGlobal espera por você!

### Principais setores econômicos de Niedersachsen:

- Indústria de máquinas e equipamentos;
- Indústria automotiva (automobilística, logística, aeroespacial, telemática)
- Indústria energética
- Indústria alimentar
- Indústria para ciências da vida e cuidados com a saúde
- Mídia e serviços

## A. A região econômica Niedersachsen

Empresas de todo o mundo encontram em Niedersachsen um excelente campo de atividade. O estado oferece muitas vantagens como centro de negócios e coloca uma extensa rede de instituições públicas de assistência e incentivo à disposição de investidores.

Esta guia de negócios pretende oferecer ajuda a empresas estrangeiras no planejamento e implementação de suas atividades econômicas em Niedersachsen e, assim, simplificar seu início econômico. Oferece também uma visão geral sobre assuntos legais e práticos que envolvem uma atividade econômica. Entretanto, seu objetivo não é substituir uma orientação jurídica mais detalhada.

### I. Niedersachsen – suas forças econômicas

#### Companhias mundiais e fortes empresas de médio porte

Além de grandes companhias mundiais como Volkswagen, Continental, TUI, Airbus, Salgitter Stahl ou Meyer Werft em Papenburg, o estado de Niedersachsen também

conta com inúmeras empresas de pequeno e médio porte de sucesso internacional.

O setor de médio porte representa quase a metade de toda performance econômica de Niedersachsen, destacando os setores de comércio, profissionais liberais, indústria, produção e serviços. Empresas de médio porte ocupam 70% da mão-de-obra ativa da região. Empresas de pequeno e médio porte representam a grande maioria de todas as empresas.

#### Inovação e mão-de-obra qualificada

Niedersachsen pôde reforçar nos últimos anos sua posição no mercado mundial como região com alto poder de inovação e desenvolvimento tecnológico, com uma estrutura equilibrada entre companhias mundiais e mais de 40 mil empresas de pequeno e médio porte.

Esta cultura de inovação, tão presente em Niedersachsen, reflete-se também na participação e nos programas estaduais de incentivo econômico. Uma forte rede de

centros de competência colabora para a transferência de conhecimento entre universidades, faculdades e setor empresarial.

O intercâmbio entre universidades, instituições de pesquisa e empresas do setor privado possibilitam uma rápida implementação de conhecimentos científicos no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços. Universidades de tradição como Clausthal-Zellerfeld, Braunschweig e Göttingen, a Escola Superior de Medicina de Hanôver e muitos outros institutos extra-universitários de pesquisa gozam de reconhecimento internacional. A Universidade de Göttingen é uma das nove universidades alemãs que podem denominar-se “Universidade de Excelência”.

#### Grande mercado

O Estado Federado de Niedersachsen é, com 50 mil km<sup>2</sup>, o segundo maior estado da Alemanha e, com 8 milhões de habitantes, um dos mais populosos.

#### Excelente infra-estrutura

Empresas podem contar com uma infraestrutura de primeira qualidade. Com sua rede de transporte marítima, ferroviária e rodoviária, um aeroporto internacional em Hanôver e o emergente aeroporto Münster/Osnabrück garantem uma excelente comunicação entre os pólos econômicos. Como região litorânea, Niedersachsen conta, ainda, com muitos portos, entre eles Emden, Wilhelmshaven e Cuxhaven.

#### Localização geográfica e ampliação da UE

Sua localização geográfica, bem no centro da Europa, também representa um forte fator econômico para a região de Niedersachsen. Com a adesão da Bulgária e da Romênia à União Europeia em 1º de janeiro de 2007, a expansão europeia avança para o leste. Em 1º de maio de 2004, dez países do leste europeu já faziam parte da Comunidade ou da União Europeia. Neste meio tempo, a UE já conta com a adesão de 27 países. Também no futuro, o processo de expansão continuará seguindo em direção ao leste. Niedersachsen, como região econômica forte, desempenha um papel importante como ponto de ligação entre os países membros atuais e os novos.

#### Internacionalidade comercial

Não somente as renomadas feiras de negócios promovidas regularmente pela Deutsche Messe AG, como a CeBit e a Hannover Messe, contribuem para a internacionalidade da região. A presença de emigrantes estrangeiros que se estabeleceram há várias décadas em Niedersachsen, como por exemplo, as grandes comunidades espanholas, turcas e italianas de Hanôver, contribuem para a diversidade econômica e cultural da capital e de todo o estado federado.



#### Niedersachsen em números:

- 47,625 km<sup>2</sup> de área total
- Aprox. 8 milhões de habitantes
- Capital estadual: Hanôver
- Aprox. 518 mil habitantes

### Órgãos estaduais de assessoria e rede mundial

Niedersachsen coloca à disposição de empresas alemãs e estrangeiras uma grande oferta em serviços de assessoria. Órgãos estaduais como o NBank ou o novo órgão de incentivo ao desenvolvimento econômico do Estado Federado de Niedersachsen, o Niedersachsen Global (NGlobal), oferecem a mais completa rede de assessoria a todo tipo de empresa, além de estabelecerem contatos nacionais e internacionais e oferecerem programas específicos de incentivo.

Para isso, o estado de Niedersachsen opera – por conta própria ou em sistemas de cooperação – várias representações no exterior. Além de representantes nos Emirados Árabes Unidos (EAU), na Polônia, Rússia, China, Índia e no Japão, o Estado também atua nos Estados Unidos, Cuba, Escandinávia e a partir de 2010 no Brasil.

#### Elevado nível de segurança legal

Assim como em todos os países industrializados, também na Alemanha, o cotidiano comercial é marcado fortemente por normas legais. Uma empresa estrangeira que

atua no mercado alemão deve – para o sucesso da implementação de seus interesses - não somente conhecer bem o mercado, as práticas sociais e da sociedade, mas também as normas legais e de direito. Se por um lado, os direitos e deveres de empresas e empreendedores na Alemanha são marcados por uma grande liberdade contratual, existem, por outro lado, regras bastante restritas perante empregados e consumidores. Nestes setores, mas não limitados a estes, decisões judiciais desempenham um papel bastante significativo. Tanto para empresas já existentes, que queiram desempenhar atividades econômicas em Niedersachsen, quanto para cidadãos estrangeiros que queiram implementar uma empresa no estado, conhecer a situação legal do país é um pré-requisito de máxima importância para o estabelecimento de uma atividade comercial com sucesso.

### II. Tecnologia de meio ambiente e energia eólica – uma das principais competências

Como região litorânea e de planícies, Niedersachsen desenvolveu-se como uma clássica região agrária. Assim como no passado, a agricultura continua representando um grande fator econômico para o estado. Niedersachsen também usa suas vantagens geográficas para a implementação de novas tecnologias. No setor de energia eólica, por exemplo, desempenha um papel de liderança em toda a Europa.

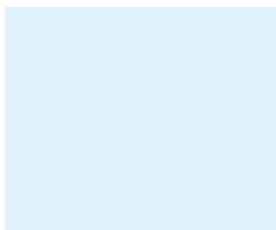
A Alemanha produz quase a metade da eletricidade proveniente de fontes renováveis de energia a partir de turbinas eólicas. Líder na Alemanha, Niedersachsen é responsável por quase 40% de toda a energia eólica produzida no país. Em sua região costeira, funcionam vários dos chamados parques de energia eólica offshore para a disponibilização de novas áreas para a produção de energia. Os portos de Emden e Cuxhaven representam pontos importantes de logística para fornecedores e fabricantes.

O setor de energia eólica também ganha cada vez mais importância em termos de geração de empregos na região.

Niedersachsen também está fortemente representada em segmentos industriais tradicionais. São exatamente estas as áreas que exigem avanços mais constantes e, conseqüentemente, um nível mais elevado de pesquisa e desenvolvimento.

Além disso, Niedersachsen dispõe de um amplo grau de conhecimento nos segmentos de produção, processamento e transporte assim como de técnicas de perfuração e tecnologia de armazenamento, adquirido ao longo de muitos anos de tradição como região de petróleo e gás natural (90% da produção alemã de gás natural provém de Niedersachsen).

Outro foco importante tem sido o tradicional segmento automobilístico e da construção naval. Devido a uma aglomeração da



indústria automobilística no espaço econômico Wolfsburg-Hanôver-Braunschweig, criou-se na região uma rede global de empresas de logística e abastecimento, assim como de instituições de pesquisa e desenvolvimento. Esses mercados oferecem grande potencial para investidores locais e estrangeiros.

A brochura “Niedersachsen em Números” apresenta uma visão geral sobre os principais segmentos e dados econômicos da região. Esta brochura é atualizada anualmente e está disponível em alemão e inglês.

[www.nglobal.de](http://www.nglobal.de)

### Indústria energética de Niedersachsen:

- Diversidade energética: gás natural e petróleo, biomassa, energia eólica, indústria offshore e solar;
- Localização privilegiada: excelente infra-estrutura para o setor de energia, particularmente energia eólica;
- Liderança absoluta em energias renováveis: uso e desenvolvimento intensivo de tecnologias do futuro;
- Diversidade em campos de pesquisa: disciplinas acadêmicas e centros de pesquisa para o setor de energia.

### III. A Baixa Saxônia na União Européia

De acordo com a normativa europeia vigente, empresas e empresários dentro do território da União Europeia podem exercer livremente suas atividades empresariais em qualquer lugar de sua escolha. Isso inclui a constituição de sociedades, assim como o exercício de qualquer tipo de atividade profissional remunerada.

Cidadãos de continentes e territórios não incorporados à UE não prevalecem da mesma liberdade de um cidadão europeu. Entretanto, caso uma empresa proveniente de um país não pertencente à União Europeia estabeleça uma sucursal em um dos países membros, esta passa a beneficiar-se das liberdades oferecidas pela UE dentro do seu território.

Dentro da União Europeia, os relacionamentos comerciais entre os Estados membros estão baseados em quatro princípios básicos de liberdade:

O livre trânsito de mercadorias prevê a proibição de impostos de importação e exportação assim como a limitação de quantidade para importações intra-comunitárias (a chamada união aduaneira). Segundo o direito europeu, regras e normas sancionárias nacionais somente são permitidas caso sejam imprescindíveis para a proteção de objetivos mais elevados, como por exemplo, proteção ao consumidor, ao meio ambiente ou à saúde.

O livre trânsito de pessoas consiste na liberdade de domicílio e de trabalho.

A liberdade de domicílio garante a cidadãos e empresas de um estado membro o direito de se estabelecerem, segundo as normas em vigor, em outro estado membro. Garante, também, o direito de exercício de atividade autônoma e remunerada. Dentro destas prerrogativas, uma atividade econômica permanente persiste quando uma empresa estabelece uma sede, filial, escritório ou subsidiária em um país membro. Caso a atividade seja apenas temporária, esta não poderá ser classificada sob a definição “estabelecimento”.

A livre circulação de trabalhadores constitui o direito do cidadão de entrar em um país da UE e lá permanecer, para exercício de uma atividade remunerada. Somente em setores de soberania (polícia, p.ex.) são aplicadas certas restrições aos cidadãos da UE.

A liberdade de serviços concede o direito de exercer uma atividade de caráter autônomo em outro Estado-Membro de modo temporário. Incluídas aqui são atividades industriais, comerciais, artesanais ou autônomas, que sejam realizadas de forma independente.

A livre circulação de capital deve garantir a livre circulação de capital entre os Estados membros da UE sem quaisquer restrições.

## B. Prática de contratos

### I. Introdução

Os princípios do direito alemão são muitas vezes desconhecidos, principalmente por regiões de tradição anglo-saxônica, uma vez que estas seguem princípios muito diferenciados dos que regem o direito alemão. Empresários da Europa continental, no entanto, encontrarão um número maior de princípios comuns, uma vez que a União Europeia tem buscado aproximar as normas legais em importantes áreas de negócios. No entanto, mesmo dentro da UE, ainda existem muitas diferenças.

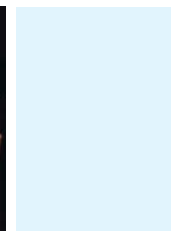
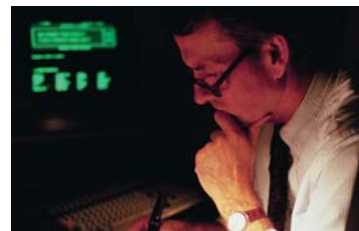
As cláusulas pré-definidas nos “Termos e Condições Gerais” de uma empresa (conhecidas como AGB na Alemanha) podem ser amplamente discutidas quanto sua validade legal. O direito previsto pelos termos e condições empresariais é aceito de forma mais ampla na Alemanha do que em outros países europeus e não europeus. Em uma comparação internacional, o direito de reserva de propriedade também usufrui de maior significado na Alemanha. Segundo

seu estatuto, o vendedor conserva o direito de propriedade sobre a mercadoria até o pagamento total desta, mesmo que já tenha sido entregue ao comprador.

O próximo capítulo não pretende apresentar em detalhe todas as diretivas legais relevantes ao setor empresarial, apenas relacionar algumas delas.

### II. Contratos na Alemanha

O direito alemão parte da premissa básica de que as pessoas podem celebrar contratos como desejarem (liberdade de contrato). Partindo deste princípio, pode-se celebrar qualquer tipo de contrato desde que este não esteja sujeito a alguma proibição legal em particular. O Código Civil (Bürgerliches Gesetzbuch ou sua sigla BGB) e o Código Comercial (Handelsgesetzbuch ou sua sigla HGB) prevêm alguns modelos de normas legais para certos tipos de contratos, nos quais alguns pontos específicos não podem ser modificados pelas partes.



Desde a última reforma sobre o Direito das Obrigações em 2002, o Código Civil Alemão passou a apresentar normas para Compra à Distância, Termos e Condições Gerais, Crédito ao Consumidor e Vendas ao Domicílio. O novo Direito de Obrigações alemão incorpora, parcialmente, o Direito de Compra e Venda estabelecido pela ONU, aproximando-se cada vez mais de estruturas do sistema jurídico francês e anglo-saxão.

### III. Termos e Condições Gerais

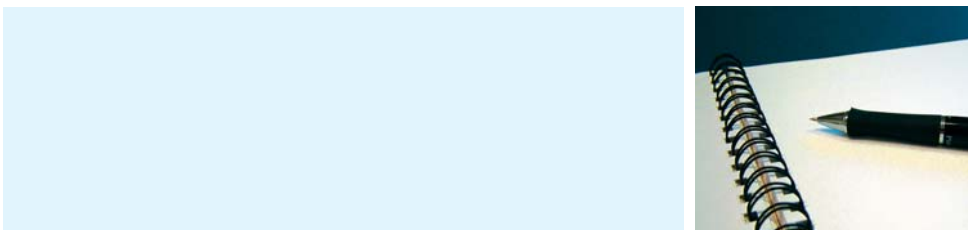
O direito dos Termos e Condições Gerais (conhecidos como AGB em alemão) é caracterizado na Alemanha, em comparação com outros países, por um intenso controle legal. Disposições legais previstas em Termos e Condições Gerais já estão sendo aplicadas a contratos pré-formulados, mesmo que estes se destinem a um pequeno número de casos. De fato, praticamente todos os contratos estão sujeitos a um controle de Termos e Condições Gerais, que são criados com a ajuda de módulos de texto. Isso inclui, também, condições de entrega.

Termos e Condições Gerais passam a fazer parte de um contrato, apenas quando a contraparte tenha concordado com estes e tenha tido oportunidade de tomar conhecimento de seu conteúdo antes de assinar o contrato.

### IV. Reserva de propriedade

Para garantir o preço de venda, o vendedor muitas vezes recorre à reserva de propriedade. Esta cláusula prevê a transferência de propriedade ao comprador somente depois que o preço de venda tenha sido pago integralmente. Ao contrário de outros países, esta situação está prevista em lei, mas deve, mesmo assim, ser fixada contratualmente. Não se exige, no entanto, uma forma particular, como por exemplo, assinatura adicional abaixo da cláusula de reserva de propriedade.

A possibilidade de reserva de propriedade na Alemanha é permitida em um grau mais elevado do que em outros países, por exemplo, sob a forma de uma reserva de



propriedade extensiva (ampliação de cláusulas para inclusão de direitos sobre rendimentos obtidos com a revenda da mercadoria, sua transformação ou processamento). Na Alemanha, a reserva de propriedade também é oponível a terceiros e estabelece que o credor, no caso de insolvência de seu cliente, tem o direito de separar os produtos negociados de outros itens em posse do comprador (direito do vendedor de retorno de produtos negociados). Por outro lado, na Alemanha não existe a possibilidade de reserva de propriedade por meio de um registro público.

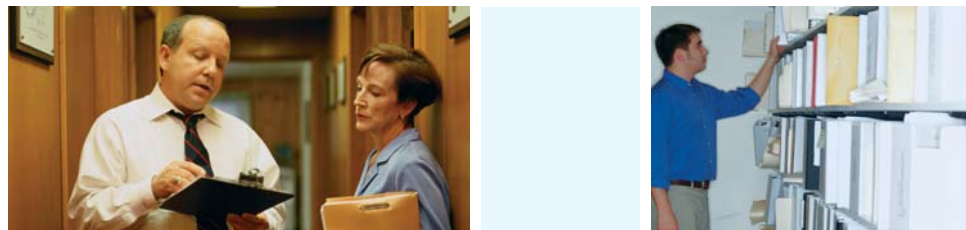
## V. Responsabilidade e Garantia do Produto

Toda empresa que comercializa seus produtos no mercado da Alemanha e de Niedersachsen deve responsabilizar-se por danos e defeitos de seus produtos. Isso se aplica a defeitos no produto em si, como regulamentado contratualmente pela garantia de responsabilidade por defeitos e pelo produto (Mängelgewährleistungsrecht) e também à responsabilidade civil por defeitos e pelo

produto, que se estende a prejuízos contra a saúde e danos materiais. Esta responsabilidade está baseada na lei de responsabilidade do produto, a qual remonta a chamada responsabilidade delitiva (§ 823 do Código Civil) e a responsabilidade de produto em conformidade com a Lei de Responsabilidade do Produto (ProdHaftG).

## VI. Contratos internacionais

Quando se estabelece uma relação comercial entre parceiros de diferentes países, logo surge a pergunta sobre qual direito nacional ou internacional deve ser aplicado. A princípio, as partes contratuais têm a liberdade de escolher o direito que desejarem. No entanto, caso não o façam, segundo o direito internacional privado alemão, será aplicado o direito do país sede da parte contratual que executa a atividade objeto do contrato (em geral, aquele que executa a parte não financeira). Em um contrato de compra e venda, seria o país do vendedor.



## XI. Direito de Compra e Venda das Nações Unidas

A Alemanha adotou o Direito de Compra e Venda das Nações Unidas (conhecido como SISG no Brasil) como direito nacional. O Direito de Compra e Venda da ONU (Lei UNCITRAL, Convenção de Compra e Venda Internacional de Viena) será válido quando a outra parte contratual tiver sua sede em um país que também assinou o acordo ou o direito alemão houver sido escolhido como direito do contrato. Em via de regra, negócios de exportação são regidos pelo Direito de Compra e Venda da ONU (o direito alemão neste caso é o direito do vendedor). As partes contratantes podem, no entanto, acordar de que o Direito de Compra e Venda das Nações Unidas não tenha validade para o contrato, e escolher o direito nacional do país da outra parte. Neste caso, deve-se analisar individualmente qual direito é mais vantajoso. Caso o Direito de Compra e Venda das Nações Unidas não deva ser aplicado, o contrato deve apresentar uma cláusula explícita de exclusão.

## XII. Acordos de Arbitragem

As partes também podem fazer um acordo de arbitragem e, desta forma, excluírem tribunais ordinários do processo de arbitragem.

## C. Parceiros de negócios

A lei aplicável a agentes de vendas, em especial, aos representantes comerciais, passou por uma unificação substancial a nível europeu nos últimos anos. O princípio, que teve sua origem na Alemanha e foi adotado pela UE, prevê que o representante comercial tenha direito a uma indenização especial de créditos após o término do contrato de representação.

Sempre que surge, ou que se planeje uma atividade comercial contínua na Alemanha, o relacionamento entre a empresa estrangeira e seus agentes de venda em território alemão vai para primeiro plano. As formas clássicas mais importantes de parcerias de negócios são os representantes comerciais e os distribuidores e, recentemente, em certos setores, os franqueados.

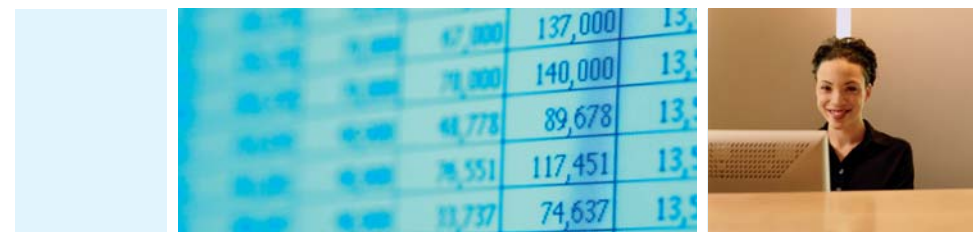
### I. Representante Comercial

Para muitas empresas estrangeiras, a figura do representante comercial é um instrumento de negócios indispensável na Alemanha. Os representantes comerciais são ativados tanto para a captação inicial do mercado quanto para atendimento posterior deste,

mesmo que seja a serviço de uma filial da própria empresa. As disposições legais que regem o relacionamento entre empresa e representante comercial são de grande importância para os custos efetivos e para a regulamentação dos termos de compensação e demissão.

Os temas legais mais importantes relacionados à questão dos representantes comerciais englobam a celebração do contrato, a posição legal do representante comercial, os direitos e deveres do fornecedor e do representante durante a vigência do contrato, assim como os termos de rescisão contratual. As áreas mais sensíveis incluem geralmente a delimitação dos territórios de vendas, o pagamento da respectiva comissão, a forma e abrangência de autoridade do representante e as obrigações que este tem perante os clientes.

O direito do representante comercial é regido, na Alemanha, pelo Código Comercial e corresponde essencialmente às diretivas da CE. De maneira geral, a lei alemã é favorável ao representante comercial.



Basicamente, em caso de relacionamentos internacionais em relações comerciais, as partes podem determinar contratualmente qual lei deverá ser aplicada ao contrato. O Tribunal Europeu deixa claro que um representante comercial, cujo território contratual esteja dentro da Comunidade Europeia, não pode ser posicionado de forma a ter piores condições das que teria sob as leis de seu país. Por exemplo, ele conservará o direito a indenização, mesmo que a lei escolhida não preveja tal modalidade.

### II. Distribuidores

Os distribuidores são entidades de negócios independentes que assumem a função de distribuição para um fabricante. Em contraste com o representante de vendas, o distribuidor compra os produtos e os transfere em seu próprio nome.

Desta forma, os distribuidores não podem ser igualados aos representantes comerciais, pois ao realizar a compra da mercadoria, assumem automaticamente outra posi-

ção comercial. Isto não exclui que eles também possam realizar negócios sob comissão. Os distribuidores podem, assim como os representantes comerciais, atuarem exclusivamente para um fabricante ou para vários.

O direito alemão não apresenta normas explícitas para o distribuidor. As decisões judiciais normalmente se apoiam, ao menos em parte, nos princípios do direito do representante comercial. Isto vale principalmente em casos de indenização. Um distribuidor também pode adquirir direito a uma indenização, quando ele, por exemplo, é integrado de tal forma na organização de vendas do fornecedor que este acaba obtendo todas as informações sobre seus clientes, mesmo após o término do contrato.

## D. Importação e exportação de mercadorias, normas aduaneiras

Sempre que se planeja a importação de mercadorias, deve-se observar as normas legais aduaneiras.

Todas as aduanas definirão recolhimentos ou impostos, que devem ser coletados sempre que ocorra a transferência de mercadorias com países terceiros. Esta coleta por parte da administração aduaneira está relacionada à entrada de mercadoria no território econômico da CE (imposto importação) ou à saída de mercadoria deste território (imposto exportação). O valor do imposto a ser recolhido depende da classificação alfandegária do produto.

O imposto de importação legalmente devido inclui, além das tarifas de importação, o imposto sobre circulação de mercadoria (ICMS) e impostos de consumo, como o imposto sobre o tabaco.

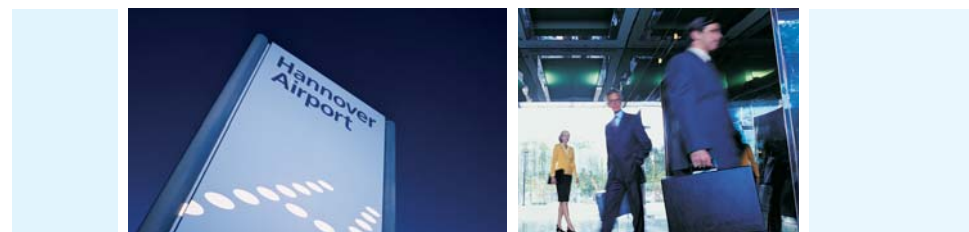
Além das obrigações fiscais, a circulação de mercadorias está sujeita a outros tipos de controles ou restrições específicas regidos pela diretiva de proibição e restrição à importação, exportação e trânsito de mercadorias (Proibições e Restrições, VuB). As proibições e restri-

ções dizem respeito a mercadorias, por exemplo, que possam pôr em perigo a segurança e a ordem pública, a saúde humana, ou mesmo violar a propriedade intelectual. A proteção da propriedade intelectual relacionada ao comércio ganha, no contexto do controle do trânsito de mercadorias, uma importância considerável. Por este motivo, a administração aduaneira criou um órgão central de "Proteção de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio".

Com a criação do mercado comum, a UE eliminou todas as barreiras alfandegárias. Desta forma, a aduana controla a observação das "Proibições e Restrições" somente nas fronteiras externas à UE (ver capítulo A, tópico II). Apesar da abolição formal dos controles aduaneiros, são realizadas inspeções aleatórias dentro da UE.

A Administração Aduaneira Federal vem oferecendo desde 01 de janeiro de 2006, tarifas aduaneiras de forma eletrônica como "EZT-line". O site oferece mais informações sobre o desembaraço aduaneiro na Alemanha.

<http://auskunft.ezt-online.de>



Informações mais detalhadas sobre os regulamentos aduaneiros podem ser obtidas no site da alfândega alemã (Deutscher Zoll), que também está disponível em inglês.

[www.zoll.de](http://www.zoll.de)

## E. Formas jurídicas empresariais

### I. Introdução

Empresas estrangeiras podem manter um presença comercial de forma permanente na Alemanha. As formas jurídicas permitidas vão desde sucursais não autônomas até o estabelecimento de filiais independentes ou de uma nova sociedade. Para empresários estrangeiros, logo surge a pergunta sobre a forma jurídica mais adequada para cada situação empresarial. A decisão depende da natureza e extensão da atividade planejada, de acordo com as expectativas do mercado e, não menos importante, das condições fiscais. As classificações habituais para empresas na Alemanha diferem entre si por um lado, em sua forma de organização, e por outro, segundo sua forma jurídica (independência jurídica, responsabilidade, capital social ou capital mínimo e classificação fiscal):

#### 1. Classificação de acordo com o tipo de organização

Unidades não autônomas podem ser:

- Escritórios de representação;
- Sucursais, subsidiárias ou filiais não autônomas.

Unidades autônomas podem ser:

- Sucursais ou subsidiárias autônomas;
- Filiais.

#### 2. Classificação de acordo com a independência jurídica:

No que se refere às sociedades de pessoas destacam-se, entre outras:

- Sociedade individual (Einzelkaufmännisches Unternehmen - e.Kfm)
- Sociedade de direito civil (Gesellschaft bürgerlichen Rechts - GbR)
- Sociedade de profissionais (Partnerschaftsgesellschaft)
- Sociedade comercial aberta/em nome coletivo (offene Handelsgesellschaft – OHG)
- Sociedade por comandita ou por comandita e de responsabilidade limitada (Kommanditgesellschaft – KG e/ou GmbH & Co. KG)
- Sociedade em participação oculta (Stille Gesellschaft)

As chamadas sociedades de capital são:

- Sociedade comercial de responsabilidade limitada (Gesellschaft mit beschränkter Haftung – GmbH)

- Sociedade anônima ou por quotas (Aktiengesellschaft – AG)
- Sociedade anônima européia (Societas Europaea - SE)
- Sociedade em comandita por quotas (Kommanditgesellschaft auf Aktien – KGaA)

As formas jurídicas representam formas diferentes de autonomia empresarial. As sociedades de capital são consideradas pessoas jurídicas e, portanto, reconhecidas pela ordem jurídica como sujeito provido de direitos e obrigações com capacidade jurídica absoluta. Sociedades de pessoas possuem, entretanto, capacidade jurídica relativa. Embora estas sociedades sejam reconhecidas pelos tribunais tanto como demandantes como demandados, em termos fiscais, a entidade tributável são os sócios - e não a sociedade em si.

Entre os tipos de sociedades existentes na Alemanha, a sociedade de responsabilidade limitada (GmbH) é a que goza de maior popularidade, com cerca de um milhão de empresas registradas. A sociedade anônima (AG) é, entretanto, a preferida pelas grandes empresas – diferentemente do que ocorre em alguns países europeus vizinhos. Seu número atual na Alemanha é de aproximadamente 17.000 empresas, no entanto, seu volume de negócios representa um importante fator econômico. Principalmente devido a algumas vantagens fiscais, seu número aumentou significativamente nos últimos 15 anos.

Empresas que, inicialmente, não desejem estabelecer uma estrutura corporativa própria em Niedersachsen e preferam analisar primeiro a reação do mercado perante seus produtos, podem sempre trabalhar com representantes comerciais, ou seja, agentes de vendas ou distribuidores.

### II. Formas organizacionais

#### 1. Escritório de representação

O primeiro passo de empresas estrangeiras para presença no mercado alemão é, muitas vezes, um escritório de representação (Repräsentanz). Este termo não é reconhecido nem pelo direito industrial nem pelo direito comercial alemão. No entanto, é usado freqüentemente no âmbito de projetos relacionados com investimento estrangeiro, uma vez que o termo “representative office” também aparece em muitos sistemas jurídicos estrangeiros. Um escritório de representação significa, normalmente, uma unidade empresarial sem autonomia organizacional, cujo objetivo é apenas tornar a empresa conhecida no país-alvo e estabelecer contatos, mas sem exercício de uma atividade comercial. Um escritório de representação não realiza operações comerciais em seu próprio nome, apenas as torna possíveis.

Uma vez que esta unidade não é autônoma, não precisa ser cadastrada no Registro Comercial (Handelsregister). Independente disso, a empresa deverá registrar sua ativi-

dade comercial junto ao órgão competente da Administração Municipal (Stadtverwaltung).

O escritório de representação é uma unidade de negócios totalmente dependente da sede empresarial em questões referentes à sua gestão e organização. O escritório de representação não possui uma diretoria própria e é dirigido diretamente pela sede.

Devido ao fato de que um escritório de representação não realiza transações comerciais, este está isento de tributação. Nos termos do direito fiscal alemão este escritório não possui responsabilidade fiscal. Caso o escritório de representação realize operações comerciais passíveis de tributação, passará a ser considerado, do ponto de vista fiscal, como uma sucursal autônoma da empresa estrangeira. O lucro resultante de suas atividades comerciais será tributado, nesse caso, segundo o acordo de dupla tributação entre a Alemanha e o respectivo país sede.

## 2. Sucursal independente

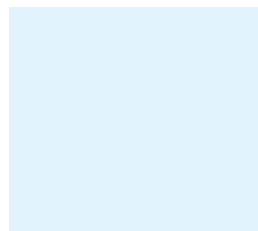
Uma forma mais ampla de entrada no mercado alemão por parte de uma empresa estrangeira é a criação de uma sucursal independente. Uma sucursal independente é uma entidade de negócios separada fisicamente da sede principal no exterior e que possui certa autonomia, mesmo que nem todas as transações sejam processadas completamente por ela. Esta independên-

cia pode ser demonstrada, por exemplo, com uma gestão própria com poder de decisão, assim como com contabilidade e ativos empresariais próprios. Este tipo de empresa não representa uma entidade legalmente separada, a sede empresarial no exterior continua sendo a titular de todos os direitos e deveres.

Toda a organização da sucursal alemã é, portanto, dependente da empresa sede no exterior e da lei em vigor no seu país de origem. Além disso, as relações corporativas são avaliadas segundo o direito nacional da sede empresarial. Sendo assim, caso o fato de realizar negócios na Alemanha exigir alguma alteração do estatuto da empresa, dependerá da legislação nacional à qual está submetida. Entretanto, isso não mudará o fato de que a sucursal alemã estará sujeita ao direito alemão.

## 3. Filiais

Diferentemente de uma sucursal autônoma, uma filial representa uma forma jurídica independente, portadora de direitos e deveres de forma também independente. No entanto, apesar da autonomia jurídica, uma filial é caracterizada pela dependência econômica e regular da empresa sede. O capital de uma filial é, geralmente, detido de forma majoritária pela empresa sede. A forma jurídica de sociedade de responsabilidade limitada (GmbH em alemão), devido ao fácil controle de sua estrutura acionária e sua responsabilidade limitada, representa



uma boa opção para filiais de empresas estrangeiras na Alemanha.

Não existem restrições para a criação de empresas estrangeiras na Alemanha. Também empresários estrangeiros estão sujeitos às normas alemãs para constituição e registro de empresas. O capital necessário para a abertura de empresas pode ser transferido livremente para a Alemanha. Como em toda abertura de empresa, as disposições legais da respectiva forma jurídica são determinantes (para mais informações, consulte os tópicos abaixo).

## III. Algumas formas jurídicas

### 1. Sociedade individual (Einzelkaufmännisches Unternehmen – e.K.)

Qualquer pessoa que exerça uma atividade comercial, segundo o descrito no Código Comercial Alemão (Handelsgesetzbuch), possui uma sociedade individual. Nestes casos, o Código Comercial usa o termo “operadora comercial” (Handelsgeschäft)

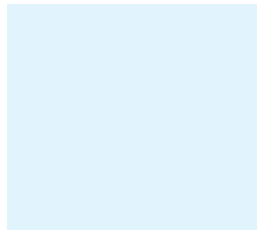
em vez de empresa (Unternehmen). Para um estrangeiro, uma atividade como sociedade individual na Alemanha somente faz sentido se o mesmo pretender residir a longo prazo no país.

### 2. Sociedade comercial de responsabilidade limitada (Gesellschaft mit beschränkter Haftung - GmbH)

A sociedade comercial de responsabilidade limitada (Gesellschaft mit beschränkter Haftung – GmbH) é a forma mais simples de uma sociedade de capitais e a forma de sociedade mais popular na Alemanha. É a forma usualmente escolhida por pequenas e médias empresas. Devido à importância desta forma jurídica para negócios na Alemanha, a GmbH será descrita de forma mais detalhada no capítulo F.

### 3. Sociedade anônima ou por quotas (Aktiengesellschaft - AG)

A forma de sociedade anônima ou por quotas (Aktiengesellschaft - AG) normalmente é escolhida na Alemanha somente por



empresas de grande porte. Esta é a única forma de sociedade que tem – sem necessidade de passos intermediários – acesso aos mercados financeiros. Por outro lado, deve observar amplas medidas de controle para proteção de seus acionistas. A chamada “pequena sociedade anônima” (kleine Aktiengesellschaft), disponível apenas a um número limitado de acionistas, está sujeita a normas mais amenas.

#### **Abertura de uma AG**

Para a instituição de uma sociedade anônima ou por quotas, basta que pelo menos uma pessoa adquira ações por um capital social mínimo de 50.000 euros. O contrato de abertura e o estatuto da empresa deverão ser registrados em cartório, sendo que o estatuto deve estar de acordo com um conjunto de normas previstas em lei. As aplicações em quotas podem ser pagas em dinheiro, sendo necessário o pagamento de pelo menos um quarto do valor nominal.

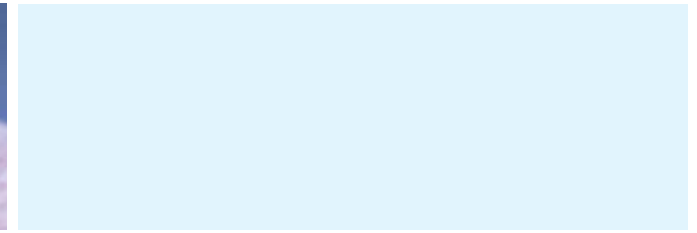
Além do pagamento em dinheiro, também é possível realizar contribuições patrimoniais.

A sociedade anônima estabelecida pelo contrato de abertura deve ser registrada no registro comercial (Handelsregister) do tribunal judicial competente. Depois de uma revisão judicial, a sociedade será inscrita no órgão de registro comercial e representará uma entidade jurídica.

#### **Ações**

O capital social de uma sociedade anônima ou por quotas é dividido em ações. As ações representam, portanto, uma determinada quota do capital social. Recentemente, a lei passou a permitir, explicitamente, ações sem valor nominal, as chamadas “ações parciais” (Stückaktie). As ações não podem ser emitidas abaixo do seu valor nominal ou abaixo do respectivo valor proporcional do capital social, mas sim por um valor superior.

O valor nominal ou o valor parcial atribuído a cada uma das quotas do capital social deve valer ao menos 1 euro. Valores nominais de ações devem ser expressos em valores de euro arredondados. O direito acionário



alemão permite prover ações com direitos diversificados, particularmente no que diz respeito à distribuição de lucros e ativos da empresa. Ações preferenciais deste tipo, também podem ser emitidas sem direito a voto. No entanto, a combinação de uma ação com mais de um direito a voto não é permitida. A sociedade pode emitir quotas ao portador ou quotas nominais. Enquanto o pagamento não for liquidado, somente podem ser emitidas quotas nominais. A transferência de ações ao portador acontece por acordo e entrega do documento, a de quotas nominais em forma de endosso. Todas as ações nominais são registradas no livro de registro da sociedade. Deste modo, somente aquele que estiver registrado como acionista é reconhecido como autorizado perante a sociedade.

#### **Direção e organização interna da AG**

Uma sociedade anônima deve apresentar, necessariamente, três órgãos: Diretoria, Conselho de Administração e Assembléia Geral. A administração de uma sociedade anônima alemã baseia-se no chamado

sistema dualístico, ou seja, a diretoria é o órgão administrador e o conselho administrativo é o órgão controlador.

A diretoria é o órgão executivo da sociedade anônima. Ela administra a AG sob sua própria responsabilidade. A lei exige que a Diretoria tome as medidas necessárias para estabelecer um sistema de controle capaz de identificar quaisquer riscos que possam comprometer a existência da sociedade. Em assuntos internos, a sociedade poderá restringir a competência da Diretoria. No entanto, do ponto de vista externo, este fato é insignificante. Aplica-se o mesmo princípio da maioria de formas de sociedades anônimas válidas em outros países europeus.

O Conselho de Administração é composto por 3 a 21 membros. A partir de um certo número de empregados, o conselho deve ter representantes dos próprios trabalhadores da empresa: em AGs com mais de 500 funcionários, um terço do conselho deve ser composto por empregados da empresa e em AGs com mais de 2.000 funcionários

este percentual sobe para a metade dos membros do conselho. O Conselho de Administração supervisiona as atividades do presidente da empresa e tem poder para eleger ou destituir a Diretoria.

A Assembléia Geral é o órgão máximo da sociedade anônima e reúne todos os acionistas com ou sem direito a voto. Ela elege o Conselho de Administração, desde que este deva ser nominado pelos acionistas, e convoca a Assembléia Geral em caráter ordinário ou extraordinário. A Assembléia Geral não tem poder de instrução perante a Diretoria, mas pode decidir sobre a destituição de membros, tanto da Diretoria quanto do Conselho de Administração, bem como deliberar sobre alterações no estatuto e utilização de lucros acumulados da sociedade.

#### 4. Sociedade Anônima Européia (Societas Europaea – SE)

Uma Sociedade Anônima Européia pode ser criada por transformação, fusão ou criação de uma holding ou filial. No entanto, o estabelecimento de uma SE só é possível se a empresa fundadora estiver estabelecida em um estado membro da União Européia ou tiver uma filial ou sucursal em outro estado membro. Somente sob condições bastante restritas, uma empresa com sede fora da UE poderá participar da fundação de uma SE.

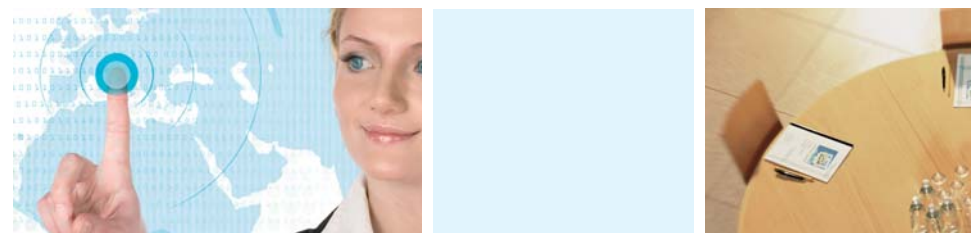
Além de cumprir com disposições próprias de regulamentação, a SE está subordinada às normas nacionais de criação de uma SE

e às exigências dos Estados membros para sociedades anônimas. Assim, a SE é tratada, em cada estado membro, como uma AG e deve estar de acordo com as leis vigentes no respectivo país. A competência da Assembléia Geral será definida pela legislação nacional. No que diz respeito à sua estrutura administrativa, a SE deverá declarar em seu estatuto se opta pelo sistema inglês de Board de Diretores ou pelo sistema dualístico (Diretoria/Conselho de Administração). Uma SE sediada na Alemanha pode, portanto, escolher o sistema inglês e adotar um Board de Diretores.

O patrimônio social da SE está disponível como ativo da empresa em caso de responsabilidade perante credores, sendo que cada acionista é responsável por um montante igual ao capital subscrito. O capital social dividido em cotas deve ser de pelo menos 120.000 euros. A Assembléia Geral é o principal órgão da SE.

#### 5. Empresa Privada Européia (Societas Privata Europaea, SPE)

Esta forma de sociedade, segundo vontade da Comissão Européia, deve apresentar uma alternativa para as atuais formas jurídicas nacionais relativas às pequenas e médias empresas (PME). A SPE deve ser definida como uma sociedade de capital e estar de acordo com normas harmonizadas válidas em todo território europeu. Até agora, no entanto, foi apresentado apenas um projeto de lei referente a esta forma de sociedade.



Segundo o que está previsto, o capital social mínimo de uma SPE pode ser de 1 euro e a sociedade pode ser formada somente por uma pessoa singular. A sede social e a administração central não precisam ser a mesma. As normas de tributação, contabilidade e direito de insolvência, no entanto, serão regidas pela legislação nacional. A sede social de uma SPE pode ser transferida para outro Estado-Membro sem necessidade de dissolução e reconstituição da sociedade.

Esta forma de sociedade deve permitir um estabelecimento rápido e menos oneroso de filiais de empresas européias em outros Estados membros. Alguns Estados membros, no entanto, temem uma competição desta forma de sociedade com as recém desenvolvidas e simplificadas sociedades nacionais. Mesmo assim, é bastante provável que esta forma jurídica de sociedade seja introduzida em 01 de julho de 2010 em toda a Europa.

#### 6. Formas jurídicas estrangeiras

O direito de sociedades alemão, incluindo o direito comercial relacionado com estruturas empresariais (normas contábeis, por exemplo), é influenciado por várias diretivas e regulamentos da União Européia, o que leva à existência de vários pontos comuns referentes ao direito de sociedades entre os países da UE. No entanto, apesar dessa harmonização a nível europeu, ainda existem diferenças e particularidades entre os países membros em relação ao direito de sociedades. De todas as formas, segundo decisão do Tribunal Europeu, empresas que tenham sido legalmente constituídas em um Estado membro, também devem ser reconhecidas em outro. Portanto, a Alemanha deve reconhecer a existência legal de outras formas de sociedades européias, mesmo que a empresa exerça suas atividades comerciais somente na Alemanha. Como resultado, por exemplo, uma sociedade limitada (Limited) legalmente constituída na Inglaterra, pode exercer todas as suas atividades comerciais na Alemanha sem perder sua capacidade jurídica.

## F. A GmbH

### I Introdução

A GmbH é a forma de sociedade mais popular da Alemanha, com aproximadamente um milhão de empresas. A GmbH é a forma jurídica típica do setor de médio porte alemão: 99% das pequenas e médias empresas alemãs são GmbHs. Enquanto em outros países, a sociedade anônima é mais difundida, na Alemanha há muito menos AGs.

#### 1. A GmbH em comparação internacional

A forma jurídica de GmbH foi introduzida em 1892 no direito alemão. Depois disso, muitos outros países também adotaram esse modelo de sociedade, em seu todo ou em parte. Com o passar do tempo, o poder legislador e judiciário foram ampliando cada vez mais os direitos da GmbH, principalmente em termos de preservação do capital.

Atualmente, segundo decisão do Tribunal Europeu, outras formas jurídicas européias também são reconhecidas na Alemanha,

mesmo quando a empresa esteja registrada em uma câmara comercial no exterior, mas sua sede administrativa seja em território alemão. Depois que os tribunais passaram a reconhecer formas jurídicas européias na Alemanha, muitos empreendedores passaram a escolher a forma jurídica inglesa de sociedade limitada (Limited) em vez da GmbH alemã para suas sociedades, uma vez que a Limited não requer uma quantidade mínima de capital social e pode ser estabelecida de forma rápida e com baixos custos. As muitas desvantagens em gerir uma sociedade de direito estrangeiro na Alemanha não representaram, até agora, um empecilho para os novos empreendedores.

#### 2. A reforma do direito da GmbH

No final de 2008, o poder legislador adaptou a GmbH às novas exigências do mercado e introduziu simplificações e melhorias interessantes. Esta lei ficou conhecida como Lei de Modernização do Direito da GmbH para Combate de Violações (Gesetz zur Modernisierung des GmbH-Rechts und zur



Bekämpfung von Missbräuchen – MoMiG). A fundação de uma sociedade de responsabilidade limitada agora também pode ser feita com um capital inicial mínimo de um euro. Essa variante da GmbH é denominada "sociedade empresarial" (Unternehmergesellschaft - UG). A nova lei também prevê formulários pré-definidos para a criação dessas sociedades, de modo que o processo possa ser executado de forma mais rápida e econômica.

A nova lei da GmbH também liberalizou, de certa forma, as rigorosas regras existentes sobre recapitalização e preservação do capital, principalmente em relação aos empréstimos dos sócios para a GmbH e vice-versa. Uma melhoria significativa também foi a possibilidade de aquisição de ações de boa-fé de pessoa não autorizada; este modelo normalmente não existe em outros países europeus. A nova lei também reforça a proteção a credores da empresa e amplia a obrigatoriedade de pedido de concordata, além de aumentar a responsabilidade do administrador da empresa em caso de administração negligente ou falência.

Uma GmbH pode ser formada para fins de natureza econômica, bem como beneficente ou outras. Para a determinação dos direitos e obrigações no âmbito da GmbH existe, ainda, uma grande liberdade de contrato, o que possibilita aos sócios uma ampla gama de oportunidades.

#### 3. Reforma tributária empresarial

Uma grande melhoria da forma jurídica da GmbH são as novas regras de tributação para as sociedades de capital. A lei sobre reforma tributária empresarial entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008 e simplificou os procedimentos fiscais: a taxa tributária do imposto corporativo para a GmbH foi reduzido para 15%. Esta taxa é favorável quando a GmbH não retira seus lucros, mas sim, os mantém a fim de reinvestimentos posteriores. Caso a GmbH transfira dividendos aos sócios, estes deverão pagar impostos plenos, segundo sua taxa de imposto de renda pessoal, sem adição do imposto corporativo, como anteriormente praticado.

## II. Algumas informações sobre a natureza jurídica e a estrutura

A GmbH é uma sociedade de capitais e, como entidade jurídica, tem personalidade jurídica própria. Dessa forma, a responsabilidade sobre os bens da empresa é limitada. Os sócios da GmbH normalmente não são responsáveis pelas obrigações da GmbH.

### 1. Sócios

A GmbH requer pelo menos um sócio, o número de sócios para cima é ilimitado. Uma pessoa natural pode, simultaneamente, ser sócia e administradora de uma GmbH. Ao contrário de alguns países, na Alemanha, uma pessoa jurídica não pode ser nomeada como administradora de uma GmbH.

Já os sócios de uma GmbH não precisam ser pessoas naturais, podem ser pessoas jurídicas, outra GmbH ou uma AG. Embora em outros países a empresa matriz também assume responsabilidade jurídica sobre a GmbH - quando for sócia única - este não é o caso na Alemanha.

### 2. Registro comercial

A GmbH fica registrada no registro comercial público do Tribunal Regional (Amtsgericht) responsável. As informações no Registro Comercial (Handelsregister) incluem nome e capital social da empresa, assim como nome do administrador gerente e do administrador delegado, explicitando seu

poder de representação. Pessoas externas podem confiar nas informações registradas, de modo que nenhuma outra informação por parte da empresa se faz necessária. Além disso, o Registro Comercial também possui uma lista dos sócios registrados da GmbH; esta informação pode ser assumida como verdadeira e segura. Toda GmbH deve publicar seu balanço anual de forma eletrônica no Diário Oficial (Bundesanzeiger). Todas as alterações no Registro Comercial também serão publicadas no Diário Oficial eletrônico, mas também podem ser consultadas no Registro Comercial ou no próprio registro da empresa de forma eletrônica. O Registro Comercial é administrado regionalmente. Na Alemanha, não existe um registro central, como em outros países.

### 3. Contrato social, estatuto

O contrato social (também denominado “estatuto”) regula, juntamente com a legislação vigente, as relações jurídicas da GmbH e deve conter determinados requisitos mínimos. Entre estes requisitos estão disposições sobre a empresa e a sede da sociedade. Além disso, o contrato social deve nomear o objeto empresarial da sociedade.

O contrato social também contém disposições básicas sobre a duração da sociedade, o montante do capital social e regulamentações sobre o número de sócios-administradores e suas competências administrativas. Além disso, o contrato social também

deve conter normas para a assembléia de sócios, resoluções e consenso majoritário.

A concepção do contrato possui poucas limitações jurídicas, o que oferece aos sócios uma certa liberdade em suas disposições. Na medida em que uma sociedade de responsabilidade limitada for fortemente influenciada pelas atividades de seus sócios, o estatuto deve prever, para todos os casos, cláusulas de responsabilidade técnica, atividades correntes e uma proibição explícita e minuciosa de concorrência.

### 4. Nome da empresa

Antes da decisão final sobre o nome da empresa, deve-se fazer uma pesquisa junto à Câmara da Indústria e do Comércio (Industrie- und Handelskammer – IHK), para saber se o nome escolhido é permitido e distingue-se do nome de outras empresas locais. Na escolha do nome da empresa deve ser analisado, ainda, se este não viola o direito de marcas. Por essa razão, também deve-se fazer uma pesquisa legal junto ao Registro de Marcas e Patentes em Munique (Deutsches Patent- und Markenamt).

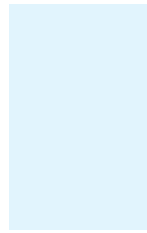
No caso de uma “sociedade empresarial”, o nome da sociedade deve apresentar necessariamente a denominação de “sociedade empresarial” (Unternehmergesellschaft) ou incluir a abreviação “UG” (responsabilidade limitada) para indicar a falta de capital de responsabilidade.

## 5. Sede estatutária, sede administrativa, endereço comercial

A sede estatutária da GmbH é determinada no estatuto empresarial. Caso a sede estatutária seja alterada, o estatuto também deve ser alterado. Se a GmbH mudar para outra comarca, seu registro também deve ser mudado para o Registro Comercial responsável. Uma transferência de sede para o exterior não é possível. Neste caso, a GmbH terá que transferir seus bens para uma nova sociedade no país estrangeiro e ser dissolvida na Alemanha.

Aqui, deve-se fazer uma diferenciação entre o local efetivo de administração, ou seja, a sede administrativa da sociedade, que pode ser diferente da sede estatutária. Nos termos da nova legislação para as GmbHs, a sede administrativa pode ser transferida para um país estrangeiro sem que a GmbH alemã tenha que ser dissolvida.

Segundo a nova lei da GmbH, toda sociedade deve apresentar um endereço doméstico no Registro Comercial. Isso colabora para a proteção a credores e acelera trâmites jurídicos em geral. Entretanto, caso uma notificação judicial não puder ser entregue, pode-se recorrer a uma, assim chamada, notificação pública em território alemão.



### III. Organização interna e administração

#### 1. Assembléia geral de sócios

A Assembléia Geral é o órgão supremo da GmbH. Ela corresponde, quanto à sua função, aos princípios da Assembléia Geral da AG, mas está sujeita a menos formalidades.

#### 2. Administrador

O administrador dirige os negócios da GmbH, se for o caso, de acordo com as instruções dos sócios. Ele também representa a GmbH externamente e é o órgão representativo. Uma GmbH pode ter um ou mais administradores. Somente pessoas naturais podem ser administradores. O administrador de uma GmbH deve gozar de plena capacidade jurídica e não pode ter sido condenado anteriormente por crime de falência ou outros delitos específicos, assim como haver sido proibido judicialmente ou por outro órgão oficial de exercer tal profissão.

#### Administradores estrangeiros

A nacionalidade do administrador é, em princípio, irrelevante. Mesmo pessoas estrangeiras que não sejam cidadãs da UE podem, em geral, serem nomeadas administradores-gerentes de uma GmbH. Alguns tribunais exigem, no entanto, antes da inscrição de um estrangeiro como administrador, a apresentação de um visto específico para a República Federal Alemã, o que não é preciso em caso de cidadãos da UE. Deve-se, portanto, em alguns casos, apresentar uma comprovação de que o administrador estrangeiro tem a possibilidade de entrar na Alemanha a fim de exercer sua função de administrador.

#### Responsabilidades e obrigações do administrador

O administrador tem o dever de gerir a empresa com a prudência e ética exigida de uma pessoa de negócios. Perante a sociedade, ele é responsável por danos decorrentes de atos administrativos negligentes. Dentre os seus deveres de prudência tam-

bém está o fato de somente transferir benefícios aos sócios se um reembolso à GmbH puder ser garantido. Segundo os novos termos de direito da GmbH, o administrador-gerente é responsável por todos os pagamentos realizados aos sócios, uma vez que estes podem comprometer a capacidade financeira da empresa. Antes da reforma, o administrador era responsável apenas por pagamentos realizados aos sócios após pedido de concordata.

Se a GmbH se tornar insolvente, o administrador será obrigado a solicitar pedido de concordata perante o respectivo tribunal de falências (Insolvenzgericht).

Além disso, o administrador-gerente assume responsabilidade jurídica pessoal pelo recolhimento e repasse do imposto sobre valor agregado e do imposto retido na fonte para o órgão da Administração de Finanças local e pela transferência de contribuições à segurança social de seus empregados, entre outros.

#### 3. Grêmios de fiscalização e assessoria

Os sócios poderão, voluntariamente, instalar por meio do estatuto um conselho administrativo (facultativo) ou um conselho consultivo.

A partir de um certo porte empresarial, porém, a legislação prescreve a obrigatoriedade de um conselho administrativo (obrigatório).

### IV. Normas de capital

O direito da GmbH exige um capital social mínimo de 25.000 euros.

Segundo a nova lei da GmbH, esta já pode ser criada com um capital social de apenas 1,00 euro. Dessa forma, os fundadores têm a possibilidade de criar uma sociedade de responsabilidade limitada com menos capital. No entanto, não podem usar a designação "GmbH" para esta opção e devem adicionar o termo "sociedade empresarial com responsabilidade limitada" (Unternehmergesellschaft (haftungsbeschränkt)), ou a abreviação "UG (haftungsbeschränkt)". Esta forma de sociedade tem que transferir todos os anos, após fechamento do seu ano fiscal e dedução de custos, 25% de sua receita líquida para um fundo de reserva. Quando acumular o valor de 25.000 euros em seu fundo de reserva, poderá transformar este em capital social e utilizar o termo "GmbH". Esta transformação não é obrigatória, a empresa também poderá permanecer como "Unternehmergesellschaft (UG)".

Os sócios fundadores também podem fazer depósitos em forma de propriedades, em vez de dinheiro. Para isso, eles devem demonstrar o valor do imóvel através de uma avaliação legal correspondente. Para a criação de uma Unternehmergesellschaft, no entanto, um depósito em forma de patrimônio não é admissível.

No caso de uma GmbH normal deve-se pagar pelo menos 12.500 euros no momento de sua criação. Este depósito deve ser feito antes do registro; depósitos de propriedade devem ser feitos de forma plena e não podem ser superestimados. No caso de uma UG, o capital deve ser pago antes de realização do registro comercial.

## V. Tributação

Uma GmbH alemã possui, na Alemanha, obrigatoriedade tributária sobre todos os seus rendimentos. A responsabilidade fiscal ilimitada se estende a toda renda nacional e internacional, a menos que existam regras específicas para determinados rendimentos, como por exemplo, acordos para evitar a dupla tributação e outros acordos inter-governamentais.

A obrigatoriedade tributária da GmbH não começa com a aquisição da personalidade jurídica por meio da inscrição no registro comercial, mas com o estabelecimento da sociedade (decisão notarial sobre a abertura da empresa).

### 1. Imposto corporativo

Como uma sociedade de capital, a GmbH está sujeita ao imposto corporativo (Körperschaftsteuer). A taxa tributária deste imposto foi reduzida em janeiro de 2008 de 25% para apenas 15%. Esta taxa é aplicada independentemente do rendimento ter

sido retirado ou retido. Além disso, há ainda a sobretaxa de solidariedade de 5,5% sobre o imposto corporativo, de forma que a carga efetiva soma 15,82%.

### 2. Imposto sobre atividade comercial

Os municípios cobram o imposto sobre atividade comercial (Gewerbesteuer) sobre os rendimentos da GmbH. Dessa forma, são adicionados certos custos aos rendimentos, tais como taxas de juros e parcelas de juros resultantes de pagamentos por locação (leasing). Dessa forma, mesmo que empresa não tenha obtido lucro com seus negócios, terá que recolher o imposto comercial. A taxa do imposto comercial é fixada pela comunidade local segundo os chamados fatores tributários, que se movem entre 10% e 20%. Conforme a Reforma Tributária para Sociedades (Unternehmensteuerreform) o valor total do imposto sobre benefícios, no entanto, não pode ser superior a 29,83%.

### 3. Dividendos

Se a GmbH transferir seus rendimentos aos sócios, a tributação destes benefícios dependerá da forma jurídica de cada sócio. Se o sócio também for uma sociedade (por exemplo, GmbH) e, portanto, sujeito ao imposto corporativo, os dividendos são, em princípio, isentos do imposto corporativo. Apenas uma taxa fixa de 5% dos dividendos será tributada. Dessa forma, o sistema fiscal quer evitar a dupla tributação de renda.



## 4. Sócios estrangeiros

Se a GmbH transferir benefícios para sócios que vivam no exterior, estes estarão sujeitos ao imposto sobre ganhos de capital na forma de imposto retido na fonte na Alemanha. Caso contrário, os dividendos são tributados no país do sócio. A Alemanha mantém com vários países acordos para evitar a dupla tributação, segundo o modelo do tratado da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O acordo de dupla tributação prevê, normalmente, um limite máximo de dedução para o imposto retido na fonte (normalmente 10% a 15%). Caso o imposto retido pela Alemanha seja maior que este percentual, o sócio poderá solicitar reembolso. Existem casos de sociedades de capitais estrangeiras deterem de 10% a 25% de cotas de uma sociedade de capital alemã. Para esses casos, existe um regime especial de tributação, por exemplo, de uma redução do imposto sobre ganhos de capital de 5% a 10%. Este privilégio entre os estados da UE prevê que o país de origem não pode deduzir nenhum imposto sobre ganhos de capital.

## VI. Responsabilidade dos sócios

A forma jurídica de GmbH é escolhida, entre outros fatores, porque os sócios querem evitar a responsabilidade pessoal. No contexto comercial e jurídico, a GmbH é uma entidade autônoma com direitos e obrigações, sendo assim, apenas os ativos da empresa são objeto de sua responsabilidade. A limitação de responsabilidade da GmbH é válida após sua inscrição no registro comercial (Handelsregister). Obrigações contraídas antes do registro da empresa no registro comercial são de responsabilidade pessoal dos sócios. Para evitar a responsabilidade pessoal, os sócios fundadores devem, portanto, iniciar suas atividades de negócios apenas a partir da data de registro da GmbH ou adquirir direitos de uma empresa já registrada.

## G. O início de uma atividade comercial

O empreendedor que está planejando estabelecer uma atividade comercial no Estado de Niedersachsen deverá, além de escolher a forma jurídica mais adequada, resolver outras questões de ordem burocrática. Entre estas questões citamos o registro jurídico, comercial e a implantação de uma contabilidade de acordo com as normas em vigor (contabilidade gerencial e obrigatoriedade de publicação de relatórios anuais). A seguir, serão apresentados outros pontos que também devem receber atenção do empreendedor. (Atenção: os tópicos aqui apresentados pretendem servir apenas como referência e não representam a totalidade de matérias a serem observadas no contexto de abertura de empresa na Alemanha).

### I. Atividade comercial

Se a atividade econômica tiver como objetivo a obtenção de lucros de forma permanente e não pertencer ao grupo das profissões liberais, será caracterizada como uma atividade comercial. Em princípio, uma atividade comercial na Alemanha não requer uma permissão especial, mas deve ser

registrada no órgão de administração local (municipal ou distrital). Por meio do registro, o órgão administrativo toma conhecimento sobre o tipo e forma da atividade comercial e pode, eventualmente, exercer atividades de supervisão e controle sobre ela. A obrigatoriedade de registro é regulamentada pelo Código Comercial. O início de determinadas atividades comerciais não requerem somente obrigatoriedade de registro, mas também uma autorização ou alvará. Se a intenção é uma atividade no ramo da gastronomia, por exemplo, será necessário obter um alvará segundo a Lei de Funcionamento de Bares e Restaurantes (Gaststättengesetz).

### II. Comprovação de qualificação profissional

A comprovação de qualificação profissional é indispensável quando, de acordo com a lei vigente, determinados comprovantes de qualificação constituem um pré-requisito para o exercício da atividade profissional em questão. Entre estes podem estar a permissão de uso de um título profissional ou



a posse de um diploma. As profissões que exigem tais comprovantes são definidas como profissões regulamentadas.

No que diz respeito ao reconhecimento de documentos estrangeiros, esses necessitam de uma apostila notarial ou consular para que possam ser reconhecidos na Alemanha.

### III. Seguros

Empreendedores autônomos na Alemanha, em princípio, não são obrigados a terem um seguro saúde ou um seguro social para si mesmos. Entretanto, é aconselhável que se faça um seguro saúde e um plano de aposentadoria. Além disso, é recomendável fazer um seguro de responsabilidade civil e um seguro de acidentes. O seguro de responsabilidade civil serve para cobrir danos causados a terceiros, e o seguro de acidentes visa, essencialmente, a segurança financeira em caso de uma diminuição permanente da capacidade física ou mental. Além dos seguros mencionados, também recomenda-se realizar, após a locação ou aquisição de um

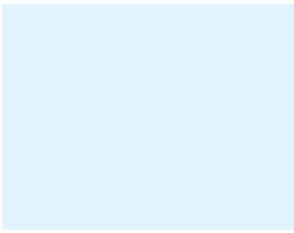
escritório/imóvel, um seguro doméstico ou de propriedade e um seguro contra incêndio.

### IV. Abertura de conta bancária

A nova empresa deverá abrir uma conta bancária para fins comerciais em um banco na Alemanha. É aconselhável verificar com antecedência, junto aos bancos, quais documentos são necessários para abertura de conta, pois cada banco tem suas próprias exigências.

### V. Registro na Repartição de Finanças

Se o plano é o estabelecimento de uma empresa ou uma atividade autônoma individual de longo prazo na Alemanha, deverá ser realizado simultaneamente um registro na Repartição de Finanças local (Finanzamt). Este órgão concederá, automaticamente, um número de identificação fiscal à empresa (Steuernummer).



Se a empresa pretender atuar de forma internacional, deverá solicitar, além do número de identificação fiscal, um número de identificação fiscal suplementar (Umsatz-ID-Nr). (Consulte o capítulo M – Impostos para mais informações)

## VI. Contabilidade Gerencial e Obrigatoriedade de Publicação

O Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch) obriga os comerciantes à uma prestação de contas regular. Isso inclui a demonstração de todas as ocorrências comerciais na contabilidade da empresa, assim como uma coletânea e conservação ordenada dos livros contábeis por um período de dez anos. No final do exercício fiscal, o comerciante deve fazer um balanço anual que apresente uma demonstração de lucros e perdas, uma relação de bens patrimoniais (balanço) e, eventualmente, um relatório sobre a situação geral da empresa. A contabilidade e o balanço anual devem ser realizados de acordo com as normas legais previstas no Código Comercial.

Além disso, devem ser observadas certas regras complementares definidas pelos Princípios de Contabilidade Ordenada (Grundsätze ordnungsgemäßer Buchführung - GoB), que foram desenvolvidos com base em práticas jurídicas e decisões judiciais. O Código Comercial usa o “princípio da precaução” como base para avaliação dos valores patrimoniais no balanço. Em caso de dúvida, deve-se fixar na área dos “Ativos” o menor dos diversos valores possíveis, e na área dos “Passivos”, o maior. Essa é uma das diferenças essenciais entre o princípio alemão acima citado e os princípios básicos vigentes em outros círculos jurídicos, como o US-GAAP (Generally Accepted Accounting Standards), o IFRS (International Financial Reporting Standards) ou o IAS (International Accounting Standards), que partem do princípio básico denominado “fair and true view” e com isso chegam a altos valores patrimoniais no balanço.

O princípio geral da precaução e outros princípios de proteção a credores previstos pelo Código Comercial foram parcialmente limitados pela Lei de Modernização do Ba-

lanço (Bilanzrechtsmodernisierungsgesetz – BilMoG) promulgada em 2009. Essas mudanças da BilMoG devem ser observadas regularmente nos fechamentos que sejam realizados para exercícios fiscais que tenham começado depois de 31 de dezembro de 2009.

As exigências para prestação de contas conforme as normas do Código Comercial alemão orientam-se pela forma jurídica da sociedade em questão (sociedade de pessoas ou sociedades de capital) e pelo tamanho da empresa. As empresas são classificadas, atualmente, segundo seu porte empresarial conforme a tabela abaixo, sendo que ao menos dois dos três critérios devem ser cumpridos (§ 267 do Código Comercial Alemão (HGB) no texto da BilMoG):

A BilMoG aumentou os valores limites para volume de vendas e balanço em aproximadamente 20% (com efeito retroativo a partir de 2008).

A alteração de classificação segundo o tamanho de uma empresa será realizada quando esta apresentar, por duas vezes seguidas, no dia do fechamento do seu balanço, uma alteração na mesma direção em pelo menos dois dos três critérios. A BilMoG não altera as regras fundamentais do Código Comercial. A proteção de credores continua sendo um ponto central do Código. As normas de avaliação geral descritas no § 252 do Código Comercial continuam inalteradas. Com a alteração de alguns pontos, o Código Comercial alemão deverá assumir cada vez mais princípios internacionais de contabilidade.

Sociedade de capital	Volume de vendas (em mil euros)	Balanço (em mil euros)	Número de empregados em média anual
Sociedades de capital de pequeno porte	< = 9.680	< = 4.840	< = 50
Sociedades de capital de médio porte	> 9.680, mas < = 38.500	> 4.840, mas < = 19.250	51 a 250
Sociedades de capital de grande porte	> 38.500	> 19.250	> 250

## H. Recursos humanos, trabalho e entrada no país

A Alemanha é caracterizada por uma ampla proteção social da mão-de-obra empregada. Empregados não podem ser demitidos sem a observação de certas normas específicas. Um empregado desfruta de direitos sociais relativamente amplos no local de trabalho. A participação dos empregados nos acontecimentos da empresa é estabelecida pelo Conselho de Trabalhadores, cujos direitos vão, em muitos aspectos, além dos direitos existentes em instituições similares em outros países europeus e devem ser rigorosamente observados pelo empregador. Em determinadas empresas, os empregados têm direito à criação de um Conselho de Trabalhadores.

### I. Direito trabalhista na Alemanha

O direito trabalhista na Alemanha não está regulamentado por uma única lei e foi influenciado, em muitas áreas, por decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Federal do Trabalho (Bundesarbeitsgericht). Em questões trabalhistas, deve-se diferenciar entre direito trabalhista individual, que rege os direitos e obrigações decorrentes da rela-

ção jurídica entre empregado e empregador, e direito trabalhista coletivo, que regula os direitos de negociações coletivas.

A celebração de contratos de trabalho é geralmente livre. No entanto, o empregador deve emitir, mais tardar um mês após a data de início das atividades do empregado, uma versão escrita das condições essenciais do contrato.

Contratos de trabalho por tempo indeterminado exigem de três a seis meses de período de experiência. O direito de rescisão contratual é regulamentado por uma lei específica, protegendo os trabalhadores de forma bastante ampla. No entanto, esta lei somente é aplicada a partir de um certo número de empregados e refere-se somente aos empregados regulares. Independentemente da relação contratual com a empresa, administradores gerentes, representantes comerciais e autônomos não são considerados como empregados regulares perante a lei.

Nos últimos anos, a celebração de contratos de trabalho temporário aumentou con-

sideravelmente. O contrato de trabalho pode ser estabelecido por um período determinado, desde que apresente um evento ou uma finalidade específica. Quando um contrato de trabalho é celebrado pela primeira vez, ele poderá ser limitado a um período determinado, desde que sua duração total não seja de mais de dois anos. A prorrogação deste período somente é possível sob condições estritas. Em caso de contratos temporários, a legislação não prevê demissões ordinárias. Estas somente poderão ocorrer caso seja realizado um acordo entre as partes.

Os critérios a serem observados pelo empregador em caso de demissão são bastante rigorosos e, em caso de uma ação trabalhista, serão minuciosamente investigados pelo judiciário. A partir de certo tempo de casa, o empregado demitido por motivos empresariais, tem direito a uma indenização. Em vez de demissão, podem ser celebrados acordos para rescisão de contrato. Nestes casos, porém, o controle judicial é muito rigoroso.

Para evitar um processo judicial, é preferível, muitas vezes, pagar uma indenização para o empregado, mesmo sem obrigação legal.

Em caso de doença, o salário do empregado deverá ser pago pelo empregador sem descontos, por um período de seis semanas.

O tempo regulamentar de férias de trabalho na Alemanha é de 5-6 semanas. Com

férias mínimas de 20 dias para uma jornada de trabalho de cinco dias semanais e 24 dias para jornadas de seis dias, as férias de empregados alemães estão acima da média europeia. Além disso, o número de dias de férias também pode ser estipulado nos contratos de trabalho ou nos acordos tarifários.

Os acordos tarifários e o direito coletivo do trabalho são de grande relevância. O direito de participação nas decisões empresariais e o direitos de greve são amplamente regulamentados. A partir de um determinado porte, as empresas são obrigadas a permitir a formação de grêmios corporativos, como conselho de trabalhadores ou conselho administrativo.

O direito trabalhista alemão e seus princípios são válidos para todos os empregados, ou seja, todas as pessoas que apresentem um vínculo empregatício regular.

O administrador gerente de uma sociedade de responsabilidade limitada (GmbH) não é visto como um empregado em termos de direito trabalhista. Entretanto, do ponto de vista da seguridade social ele deve contribuir como um empregado regular para ter direito a seguro desemprego. Também os diretores de empresas têm situações semelhantes. Dessa forma, os princípios trabalhistas acima citados não se aplicam a administradores gerentes.



## II. Impostos e encargos sociais

Na Alemanha, as empresas são obrigadas a reter o imposto de renda sobre o salário do empregado (sob a forma de imposto sobre salário) e repassá-lo ao governo.

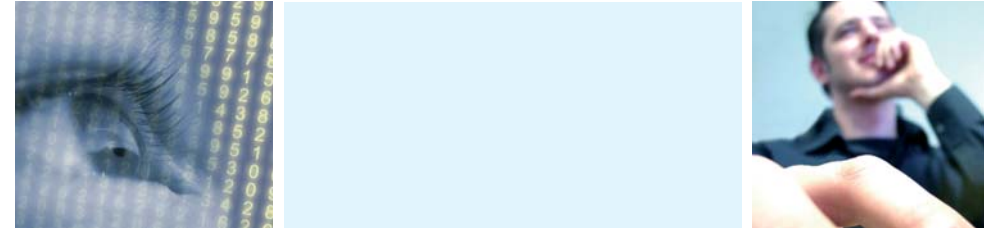
Para isso, precisam calcular e reter mensalmente o imposto que incide sobre o salário de seus empregados. O chamado processo do imposto retido na fonte é relativamente complicado ([www.elster.de](http://www.elster.de)); empresas menores contratam escritórios contábeis para a realização dos trâmites relacionados à folha de pagamento. A partir de um certo número de funcionários, é mais econômico para a empresa ter seu próprio departamento de contabilidade para realizar estas tarefas.

Na Alemanha, os empregados são assegurados, normalmente, por quatro sistemas de seguro social: o fundo de aposentadoria, o seguro saúde – complementado pelo seguro enfermidade – e o seguro desemprego.

Para esses quatro sistemas de seguro, a empresa e o empregado devem pagar, cada um, 50% da taxa de contribuição fixada. Determinadas contribuições devem ser pagas unicamente pelo empregado (ver tabela a seguir). O empregador também é obrigado a descontar as contribuições relativas ao seguro social diretamente da folha de pagamento do empregado e, juntamente com a cota patronal, repassá-las mensalmente ao órgão de recolhimento. O valor das contribuições varia de acordo com o salário.

Desde 2009, aplica-se para todos os seguros de saúde (públicos), uma taxa única de contribuição. A atual taxa para 2010 é de 14,9%, incluindo a taxa sobressalente de 0,9%, paga somente pelo empregado.

Desde o início de 2009, o fundo de transferência para casos de insolvência (Insolvenzgeldumlage) também é recolhido juntamente com as contribuições do seguro social pelas caixas de seguro saúde. A taxa de contribuição de 0,1% cobrada até 2009 já não era suficiente para cobrir o alto crescimento de casos de insolvência e os



respectivos encargos que recaem aos fundos de insolvência. Desde 1º de janeiro de 2010 esta taxa foi aumentada para 0,41%. Esta contribuição é paga somente pelo empregador.

Até 1º de janeiro de 2009, a contribuição para o seguro saúde era dividida por dois, sendo que o empregado ainda contribuía com uma taxa suplementar de 0,9% do seu

salário (inclusive sobre as férias e o décimo terceiro). No novo sistema, a taxa suplementar de 0,9% foi adicionada à taxa regular da contribuição. O legislador exige, no entanto, que esse montante continue sendo pago somente pelo empregado. Isso significa que a taxa de 0,9% é descontada somente do empregado e os 14% restantes são divididos por dois.

### Taxas de contribuição a partir de 01.01.2009:

Tipo de contribuição	Taxa de contribuição sobre o salário	Contribuição Empregado/Empregador
Seguro saúde	14,6%	50 % / 50 %
+ Seguro complementar	0,9%	Empregado: 100 %
Seguro enfermidade	1,95%	50 % / 50 %
+ Suplemento para pessoas sem filhos	0,25%	Empregado: 100 %
Fundo de aposentadoria	19,90%	50 % / 50 %
Seguro desemprego	2,80%	50 % / 50 %
Fundo de insolvência	0,41%	Empregador: 100%

## Salário. Imposto sobre salário e encargos sociais

Modelo de cálculos para 2009 (em euro) - casado, sem filhos

	Empregador	Empregado	Total
Salário bruto	-3.000,00	3.000,00	
Dedução de impostos			
Imposto sobre salário, classe III	0,00	- 270,16,	270,16
Imposto	0,00		0,00
Sobretaxa de solidariedade	0,00	-14,85	14,85
Imposto para igreja	0,00	0,00	0,00
Soma dos impostos	0,00	-285,01	285,01
<b>Salário líquido</b>	<b>-3.000,00</b>	<b>2.714,99</b>	
Dedução de encargos sociais			
Seguro saúde	210,00	237,00	- 447,00
Seguro enfermidade	29,25	36,75	-66,00
Fundo aposentadoria	298,50	298,50	-597,00
Seguro desemprego	42,00	42,00	-84,00
Fundo de insolvência			
Soma do empregador	592,75		
Soma do empregado	Aproximadamente	614,25	
(Encargos sociais - total)			-1.206,30
<b>Despesas do empregador</b>	<b>3.592,75</b>		
<b>Salário do empregado</b>		<b>2.100,74</b>	

Mais informações sobre as práticas tributárias na Alemanha e em Niedersachsen podem ser consultadas no capítulo M.



### III. Trabalho e atividade de negócio de cidadãos europeus em Niedersachsen

Assim como o direito trabalhista faz distinções entre empregados assalariados e profissionais autônomos, o direito de residência também tem seus critérios. Uma diferença importante para o direito de residência é a nacionalidade do cidadão em questão.

Cidadãos de Estados membros da União Européia (os chamados “cidadãos da União”) usufruem de um status privilegiado. Os princípios legais de permissão de residência e trabalho podem ser encontrados na Lei sobre Livre Circulação de Cidadãos da União Européia. Em algumas áreas, cidadãos da Islândia, de Liechtenstein, da Noruega (Estados da EFTA) e da Suíça possuem os mesmos direitos, embora não pertençam à UE.

De acordo com a atual legislação da União Européia, empresas e empresários têm o direito de escolher livremente o local de sua atividade comercial dentro das fronteiras da União Européia. Isso inclui a criação de

empresas ou de qualquer outra atividade comercial. Em determinadas situações também podem haver limitações para os cidadãos da UE (Capítulo A, III).

No entanto, quando o assunto são normas e regulamentos respectivos à área de atuação, tais como normas comerciais, requerimentos de permissão, direito trabalhista ou privado, não existe distinção entre nacionalidades e as regras são aplicadas igualmente a todos.

### IV. Trabalho e atividade de negócio de cidadãos não pertencentes à UE em Niedersachsen

Ao contrário dos cidadãos europeus, as condições de permanência na Alemanha para cidadãos não pertencentes à UE (os chamados cidadãos de estados terceiros) são mais rigorosas. As diretivas legais para residência e trabalho na Alemanha, prescritas pela nova Lei de Imigração de 2005, estão relacionadas na Lei de Residência (Aufenthaltsgesetz) do Regulamento de



Residência (Aufenthaltsverordnung) e do Regulamento de Trabalho (Beschäftigungsverordnung). Dependendo do tipo e da duração da atividade planejada, as condições de residência também se diferem entre si.

### 1. Regulamentos de entrada e de residência

Pessoas individuais e empresas dos chamados países terceiros terão à sua disposição, basicamente, as mesmas formas de sociedade e de negócios que um cidadão ou empresa proveniente da Alemanha e da União Européia.

No entanto, antes de iniciar a atividade comercial ou profissional, o status legal das pessoas estrangeiras envolvidas deve ser esclarecido. Deve-se examinar, de acordo com a legislação para estrangeiros, quando se faz necessário solicitar vistos ou autorizações de residência ou permanência. Para evitar atrasos, deve-se levar em consideração na fase de planejamento do projeto que um processo para obtenção dessas permissões pode durar até três meses,

dependendo do país de origem. No caso de exercício de certas profissões qualificadas e estadias de curto prazo, este processo pode ser mais curto.

Cidadãos de países não pertencentes à UE que queiram trabalhar, estudar ou permanecer com outro objetivo na Alemanha por um período igual ou superior a 90 dias, necessitam um título de permanência. Essa regra não é válida para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Coreia do Sul ou Austrália, que somente após 90 dias passam a necessitar de um título de permanência.

A lei alemã sobre o direito de estrangeiros reconhece três títulos que concedem uma permanência provisória ou permanente na Alemanha: o visto, a permissão de residência (Aufenthaltserlaubnis) e a permissão de permanência (Niederlassungserlaubnis).

O visto dá direito, em princípio, apenas a estadias de curto prazo (exceto o visto nacional – Nationales Visum). Se o empresário pretende permanecer definitivamente na Alemanha, deverá solicitar uma permis-

são de residência ou de permanência quando chegar ao país. Para isso, o propósito de sua viagem deve constar no seu visto de entrada. Independentemente do tipo de permissão de residência, no momento de chegada à Alemanha, todas as pessoas estão sujeitas ao controle de passageiros e mercadorias. O viajante deverá apresentar, portanto, um documento de identidade válido e com validade de pelo menos três meses a partir da data de saída do país.

### *Permanência de curto prazo*

A obrigatoriedade de um visto de permanência de curto prazo depende da nacionalidade do viajante.

### *Visto de visitante ou turista*

A princípio, antes de cada viagem à Alemanha, o cidadão estrangeiro deve solicitar um visto de turista, de visitante ou um visto de negócios (ver abaixo) junto à representação alemã em seu país. Este visto somente será concedido se o viajante comprovar meios financeiros para custear sua permanência na Alemanha e sua intenção de regressar ao seu país de origem. Se a permanência não for financiada por meios próprios, o viajante poderá entregar um termo de responsabilidade (ver abaixo).

Na prática, o visto de turista ou de visitante é denominado visto uniforme ou visto Schengen. O visto de turista ou de visitante não autoriza o desempenho de qualquer atividade remunerada (permissão de trabalho).

### *Visto de Negócios*

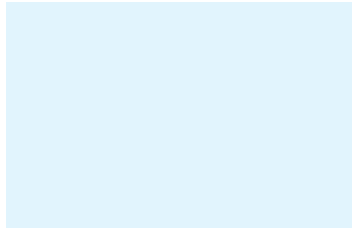
Vistos de negócios podem ser emitidos por períodos variáveis, diferentemente do visto de turista. O visto de negócios também não autoriza o desempenho de uma atividade remunerada, mas permite o exercício de negócios ligados a uma atividade profissional (fechamento de contratos, participação em feiras, etc.). Em muitos países, o visto de negócios pode ser solicitado por meio de agências e concedido rapidamente pelo órgão de representação no exterior. A condição básica é o convite de uma empresa estabelecida na Alemanha.

### *Termo de responsabilidade*

Mediante um termo de responsabilidade, o anfitrião alemão se responsabiliza, obrigatoriamente, por todas as despesas possíveis do viajante estrangeiro durante sua estadia na Alemanha.

O anfitrião se compromete, portanto, a arcar com todas as despesas possíveis do viajante durante sua permanência. Isso inclui os custos de uma eventual estadia hospitalar ou de um repatriamento. O anfitrião deverá entregar a declaração de responsabilidade ao Departamento de Estrangeiros de sua cidade.

Além disso, pessoas de negócios também podem apresentar junto ao órgão de representação alemã de seu país, um convite escrito por seus parceiros de negócios na Alemanha. Neste convite, o anfitrião alemão deve declarar assumir todos os custos



do parceiro estrangeiro durante sua visita ao país. O convite de negócios dispensa a apresentação de um termo de responsabilidade formal.

### *Residência a longo prazo*

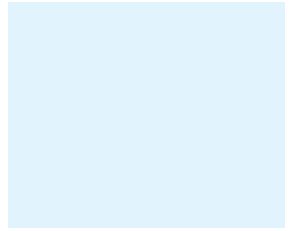
Desde 2005, os órgãos públicos para assuntos relacionados a estrangeiros (Ausländerbehörde) decidem de forma consensual sobre a permissão de permanência e trabalho para cidadãos provenientes de países não pertencentes à UE. Sempre que necessário, também pode ocorrer uma consulta interna a outras agências e entidades, como ao Departamento de Trabalho, à Câmara da Indústria e do Comércio e outras câmaras profissionais. O título de permanência também regula a permissão de trabalho, bem como em que circunstâncias este poderá ser praticado.

### *Visto nacional*

O visto nacional (categoria D) é um visto destinado, basicamente, à permanência a longo prazo na Alemanha e orienta-se nas normas previstas de autorização de residên-

cia e permanência. Para estadias superiores a três meses ou estadias que visam o exercício de uma atividade comercial (autorização de residência, e em casos excepcionais, autorização de permanência), o viajante necessitará um visto nacional. O visto terá que ser concedido por uma representação alemã no exterior antes da viagem. Após a entrada, a autorização de residência ou permanência poderá, então, ser emitida como previsto pela autoridade pública local. O formulário de pedido de visto está à disposição dos solicitantes gratuitamente nas devidas representações no exterior.

No caso de visto a longo prazo, o processo de aprovação pode durar até três meses ou mais, pois a repartição de imigração normalmente consulta outras autoridades antes de expedir tal visto, como agências de trabalho ou câmaras profissionais. Cidadãos provenientes da Austrália, Israel, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Nova Zelândia e dos Estados Unidos podem solicitar este visto mesmo após sua entrada no país, na repartição de imigração local.



### *Permissão de residência*

A permissão de residência está ligada tanto a uma finalidade quanto a um prazo. Será emitida segundo fins de permanência designados por lei e é, inicialmente, limitada a um período máximo de três anos, podendo ser renovada após este período. Os fins de permanência previstos em lei não são exclusivos.

### *Permissão de permanência*

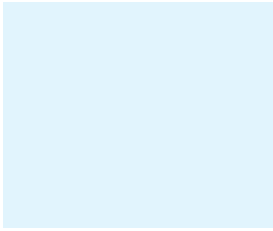
A permissão de permanência é concedida por tempo indeterminado. As condições são correspondentemente rigorosas.

Normalmente, o pedido de autorização de permanência só pode ser solicitado quando a pessoa tiver uma autorização de residência por mais de cinco anos, condições financeiras de se sustentar e ter contribuído pelo menos há cinco anos para o fundo de aposentadoria. Cidadãos de países não pertencentes à UE devem, ainda, comprovar que estão totalmente integrados no sistema legal e social da Alemanha.

## **2. Residência e trabalho**

Cidadãos de países não pertencentes à UE somente poderão exercer uma atividade remunerada no estado de Niedersachsen se esta estiver expressamente permitida no seu título de residência. Cidadãos não pertencentes à UE somente receberão permissão de residência temporária ou de permanência por tempo indeterminado na Alemanha sob certas condições específicas. Além dos requisitos relacionados com o trabalho, existem outras condições formais. Para poder solicitar uma permissão de residência, o cidadão estrangeiro deve portar um passaporte válido quando entrar no país, comprovar meios financeiros para se sustentar, entrar na Alemanha com o visto necessário e ter feito as declarações relevantes na solicitação de visto de residência. A permissão de permanência pressupõe que, independentemente de exercer uma atividade remunerada, o estrangeiro já seja portador de uma permissão de residência na Alemanha por pelo menos cinco anos, tenha contribuído para o fundo de aposentadoria ou tenha um plano privado





comparável, tenha permissão para exercer a profissão ou função escolhida ou, caso seja profissional autônomo, as permissões necessárias para o exercício de sua profissão. Serão examinados também conhecimentos suficientes da língua alemã e conhecimentos básicos da legislação e da ordem social alemã. Para este efeito, serão oferecidos os chamados cursos de integração.

Além disso, um critério decisivo é saber se a pessoa procura uma atividade autônoma ou um trabalho sujeito a vínculo empregatício.

A permissão de residência para profissionais autônomos é especialmente concedida se a atividade a ser exercida cause um impacto positivo sobre a economia nacional. Normalmente, isso só é possível se o empresário fizer investimentos na ordem de 500.000 euros e criar cinco postos de trabalho. Caso estas condições não possam ser atendidas inicialmente, a permissão do projeto dependerá de fatores como sustentabilidade do negócio, experiência profissional do estrangeiro ou contribuição em termos de inovação e pesquisa.

A contratação de um estrangeiro como empregado em uma empresa alemã é ainda mais difícil. A legislação prevê o critério de primacia de mão-de-obra (Vorrangprüfung), segundo o qual o candidato proveniente de um país terceiro somente poderá exercer uma profissão com vínculo empregatício caso um cidadão alemão ou europeu não puder preencher a vaga em questão. Dessa forma, é quase impossível para cidadãos de países terceiros conseguirem emprego nas chamadas funções pouco qualificadas. Quanto maior a qualificação, maior a chance de um emprego assalariado.

O direito alemão de residência prevê, atualmente, algumas exceções facilitadas para empregados altamente qualificados ou executivos. A esse grupo de pessoas altamente qualificadas pertencem cientistas com conhecimentos especiais em determinadas áreas, empregados e especialistas com larga experiência profissional e com uma comprovação de renda anual acima da média.

## J. Marcas, patentes e direitos autorais

A proteção da propriedade intelectual é muito valorizada na Alemanha. Sendo assim, as empresas podem fazer valer seus direitos em questões que envolvam violação de desenhos, modelos de utilidade, patentes, marcas e direitos autorais. Os procedimentos para estas reivindicações estão minuciosamente regulamentados.

### 1. Noções básicas do direito de propriedade intelectual

O objetivo do direito de propriedade intelectual é proteger os resultados da produção intelectual. Os direitos de propriedade intelectual são objeto de vários acordos internacionais. Para combater mundialmente as mais novas formas de exploração do trabalho alheio, aplicam-se em quase todos os países industrializados, os mesmos princípios de proteção de direitos autorais e propriedade industrial.

Os direitos de propriedade industrial incluem patentes, desenhos, variedades vegetais, proteção de semicondutores, desenhos industriais e marcas. Em geral, este tipo de proteção existe apenas quando

tal direito for usado para fins comerciais e esteja registrado. O órgão responsável por este registro na Alemanha é o Instituto Alemão de Marcas e Patentes (Deutsches Patent- und Markenamt) em Munique. Para ampliar a proteção para outros países da UE, pode-se pedir registro no sistema europeu. Registros com proteção internacional são gerenciados pela World Intellectual Property Organisation, uma instituição da ONU com sede em Genebra, na Suíça. Esta instituição oferece cooperação entre vários países do mundo no campo da propriedade intelectual.

Diferentemente do direito de propriedade intelectual, a proteção de direitos autorais é garantida por lei e não necessita de registro.

Produtos que sejam objeto de direito autoral ou protegidos por um registro de propriedade intelectual, não podem ser oferecidos, produzidos, comercializados, usados, importados ou comprados sem o consentimento do proprietário. Os infratores são solicitados judicialmente a prestarem esclarecimento e à abstenção e extermínio do

produto, além do pagamento de indenizações. Proprietários de uma marca europeia registrada, um desenho ou uma patente europeia também podem reivindicar seus direitos perante um tribunal alemão. Para evitar conflitos, é aconselhável que se negociem contratos de licença com os proprietários intelectuais do produto.

Pode acontecer que esses chamados direitos especiais de propriedade não ofereçam proteção suficiente para uma inovação específica, como para um desenho industrial que ainda não esteja inscrito no registro. A UE oferece uma proteção adicional por meio da diretiva comunitária de proteção contra práticas comerciais desleais. A seguir serão apresentados alguns aspectos básicos do direito de propriedade intelectual em vigor na Alemanha.

## 2. O direito autoral

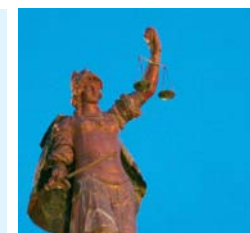
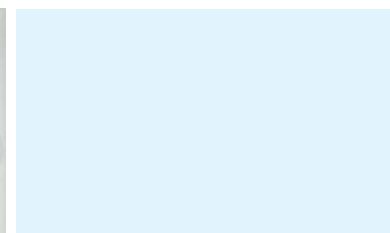
O direito autoral protege a produção intelectual no campo da ciência, da arte e da literatura. Isso inclui programas de computador, serviços de radiodifusão, produções de cinema, produções musicais, organização de eventos, fornecimento de banco de dados, bem como direitos pessoais de artistas (p. ex. cantores, atores e dançarinos). Toda obra que represente uma criação intelectual pessoal e possua um tom artístico maior - que vá além do cotidiano - pode ser protegida. Na Alemanha, o direito autoral é intransferível, mas o autor pode conceder direitos de uso. Recentemente, os autores

também podem ceder direitos para “formas desconhecidas de utilização”. Importante é, apenas, que o autor seja recompensado financeiramente por qualquer novo tipo de exploração do seu produto intelectual. O direito autoral expira 70 anos após a morte do autor.

## 3. Proteção de patentes e modelos de utilidade para invenções

Com a realização e divulgação de uma invenção, surge automaticamente na pessoa do inventor, o “direito sobre a invenção”. Ao registrar a invenção, o inventor pode exigir que seja registrado como proprietário da patente ou do modelo de utilidade.

Uma patente é concedida à invenções técnicas ou invenções de material biológico, desde que sejam novas, envolvam uma atividade inventiva e uma aplicação industrial. A invenção deve incluir uma regra para um processo técnico. Ela não pode pertencer à uma tecnologia já conhecida ou fazer parte de uma patente anterior. Essencial para a proteção de uma invenção são as reivindicações contidas nas disposições do registro, uma vez que estas irão determinar o objeto da invenção a ser protegido. A descrição e os desenhos explicativos servem apenas como um complemento do registro da patente. A violação de patente ocorre quando as características do modelo violado possam objetivamente atingir as propriedades e efeitos do objeto patenteado.



O período de proteção de uma patente é de 20 anos a partir do registro.

A proteção de um modelo de utilidade parte de um grau menor de invenção do que o de uma patente. Se o atual desenvolvimento tecnológico puder oferecer modelos e críticas para a solução proposta, então é mais indicado registrar um modelo de utilidade do que uma patente. Assim como para uma patente, a invenção deve estar concluída, ser reprodutível, ter um uso específico e ir além da pura habilidade manual. Invenções biotecnológicas não podem ser protegidas como modelos de utilidade. O período de proteção de um modelo de utilidade é de 10 anos a partir do registro.

O uso de invenções realizadas por empregados deve ser rigorosamente regulamentado de forma contratual. Se uma empresa faz uso de uma invenção de um empregado, este tem direito a uma compensação financeira adequada.

## 4. Proteção de desenho via desenho industrial

A forma bidimensional ou tridimensional de um produto pode ser protegida como desenho industrial. Essa proteção requer que o modelo seja novo e tenha caráter individual. Além disso, o modelo não pode ser idêntico a um modelo já conhecido. Esse é o caso quando um modelo novo diferencia-se de um modelo prévio apenas em características individuais insignificantes. Uma novidade depende da interação entre os seus elementos individuais. Um modelo novo pode recorrer individualmente a formas já conhecidas, mas a combinação de seus elementos deve ser uma novidade. Além disso, um projeto novo deve oferecer, em sua totalidade, características que o diferenciem significativamente de modelos já conhecidos. Somente assim a singularidade do modelo pode ser evidenciada. Estes requisitos não são todos analisados no momento de registro de um desenho industrial e são investigados apenas em caso de uma ação de violação de direitos. O período de proteção de um desenho indus-



trial é de 25 anos a partir da data do registro. Para produtos de curta duração (produtos de moda, p. ex.) existe uma proteção baseada em um regulamento da UE como desenho não registrado. Essa proteção é válida por três anos a contar da data de lançamento do desenho no mercado.

#### 5. Proteção de marcas e logotipos empresariais

As marcas servem para identificar a origem de produtos ou serviços de uma determinada empresa. É por meio da marca que o público-alvo distingue um produto específico de outros similares, produzidos por diferentes fabricantes. Marcas registradas recebem uma proteção maior. Marcas usadas, mas não registradas recebem proteção apenas quando têm um reconhecimento de pelo menos 35%. A partir de um reconhecimento de pelo menos 75% fala-se em marcas notoriamente conhecidas. Devido ao seu alto grau de reconhecimento, estas marcas também são protegidas contra violações. O grau de reconhecimento de uma marca pode ser comprovado por uma

empresa a partir de pesquisas, informações de vendas, despesas com publicidade, etc. Termos que descrevem o objeto ou a atividade de uma empresa são inapropriados como marca.

No registro de marcas podem ser cadastradas marcas nominativas, figurativas, mistas ou compostas, sonoras, olfativas ou tridimensionais. Diferentemente do desenho industrial a concepção exterior para uma marca tridimensional não precisa necessariamente ser funcional para o objeto. Em vez disso, deve haver uma forma estética com fator de reconhecimento da marca. Uma marca registrada é protegida, inicialmente, por um período de 10 anos, mas o registro pode ser prorrogado quantas vezes for necessário.

O nome de uma empresa está protegido por lei e não requer registro. Se uma empresa concorrente apresentar um nome idêntico ou semelhante, dependerá de qual companhia tiver usado primeiro o nome no segmento de atuação. Se a empresa operar somente a nível regional, a proteção será limitada à respectiva região.

## K. Mercado e concorrência

O direito alemão sobre concorrência comercial influenciou fortemente o sistema que prevalece atualmente em toda a Europa. No entanto, certas práticas empresariais consideradas como concorrência desleal no mercado alemão, ainda são vistas de outra forma em países vizinhos.

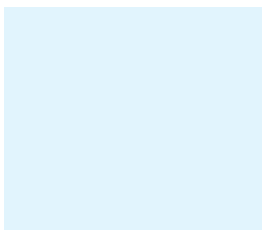
### I. Livre concorrência de mercado e práticas comerciais permitidas

A concorrência entre empresas postula, basicamente, o livre acesso ao mercado e à possibilidade de atuar comercialmente sem represões.

A liberdade de concorrência é uma das liberdades econômicas fundamentais garantidas pelo tratado de mercado comum da Comunidade Européia. Essa liberdade só pode ser restringida legalmente por um país membro para proteger algum interesse específico. Os consumidores são normalmente as principais vítimas de interesses comerciais desleais. Para a sua proteção, os países da UE adotaram medidas amplamente harmonizadas para a proibição de práticas comerciais desleais.

Segundo estas diretivas, uma empresa atua de modo desleal quando influencia indevidamente a compra do consumidor. Aqui estão incluídas especificamente práticas comerciais enganosas e agressivas. As formas de atos comerciais impróprios estão regulamentadas na Alemanha pela Lei contra a Concorrência Desleal (Gesetz gegen den Unlauteren Wettbewerb - UWG). Complementarmente, aplica-se até a integração completa como direito nacional, a diretiva européia de práticas comerciais desleais (Diretiva 2005/29/CE de 11.05.2005). Segundo esta diretiva, é proibido oferecer informações falsas para enganar os consumidores sobre a natureza e as características essenciais de um produto, sobre os canais de distribuição, preços ou direitos do consumidor.

Os consumidores também não devem ser privados de informações sobre o produto e sobre a pessoa do vendedor. O assédio comercial também é proibido (por exemplo, publicidade através de fax, correio eletrônico e mensagens), assim como coação, ameaça, uso de violência física ou proveito da inexperience comercial alheia. A indefinição do



caráter publicitário ou a oferta de produtos falsificados também é proibida. A publicidade comparativa com produtos de outros fabricantes somente é permitida quando a comparação puder ser verificada de forma objetiva e estiver relacionada às características chave do produto. Toda campanha publicitária deve ser analisada do ponto de vista legal antes de ser publicada. Dessa forma, pode-se evitar erros graves e onerosos.

## L. Imóveis

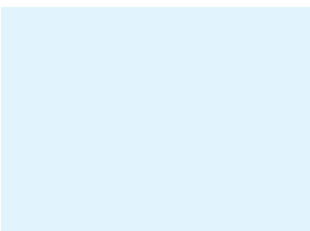
Empresas que desejam estabelecer sua presença no mercado alemão com atividades próprias necessitam de imóveis para suas sedes. Frequentemente, são os corretores de imóveis que oferecem ou intermedeiam imóveis para fins comerciais. A comissão normalmente é de três meses de aluguel ou de 1 a 5% do preço de compra do imóvel. Dependendo das condições do mercado, esses custos podem recair ao proprietário ou ao inquilino ou comprador.

### I. Aluguel

Um negócio começa, geralmente, com pelo menos um escritório de vendas. Como ponto de partida, pode-se alugar uma sala comercial. A empresa também pode se instalar em um centro de negócios que ofereça endereço postal, meios de comunicação e salas de conferência, ou quando necessário, escritórios individuais, dependendo do tamanho do espaço necessário.

Negócios de varejo exigem, naturalmente, uma sala comercial; atividades industriais necessitam áreas de produção e armazena-

mento. Salas de escritórios são alugadas, normalmente, para um período de 5 anos sendo que o inquilino, em via de regra, dispõem da opção de prorrogar o contrato. Contratos de aluguel para imóveis comerciais são bastante extensos. Não existe uma proteção especial ao inquilino comercial, como no caso de imóveis residenciais. Deve-se observar até onde o inquilino é obrigado a reformar ou demolir as modificações realizadas no imóvel após encerramento do contrato. Em Hanôver, o aluguel de um escritório custa, mensalmente, entre 10 e 15 euros por m<sup>2</sup>. O reajuste do valor do aluguel normalmente está previsto no contrato de locação. Além do aluguel, o inquilino também é responsável pelo pagamento dos custos mensais adicionais do imóvel (espécie de condomínio) que podem variar conforme o objeto e as instalações de 2,50 a 4,50 euros por m<sup>2</sup> mensais. No caso de imóveis comerciais, o inquilino paga o imposto sobre circulação de mercadorias sobre o valor do aluguel e deve declará-lo à Receita Federal (veja o capítulo sobre impostos).



## II. Propriedade

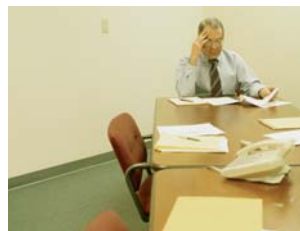
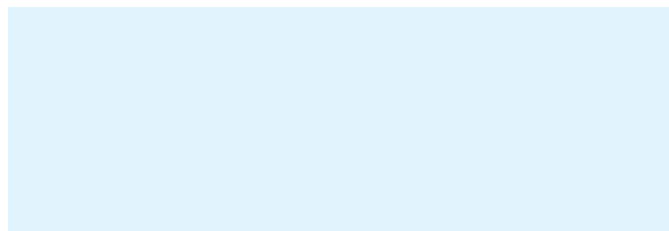
Se o plano é estabelecer uma estrutura maior para produção, armazenamento, etc., talvez seja mais vantajoso comprar um imóvel em vez de alugar. Claro que também existem instalações industriais para alugar, arrendar e até mesmo para leasing. Entretanto, como locais de produção normalmente devem ser adaptados às necessidades próprias da empresa, geralmente torna-se mais barato fazer tais investimentos em instalações próprias do que em imóveis alugados.

Imóveis prediais podem ser adquiridos, no direito alemão, somente em conjunto com o solo (direito de propriedade ou de superfície). O direito de propriedade predial sem solo, como previsto em alguns países, não existe na Alemanha.

A propriedade imobiliária na Alemanha é muito segura legalmente. Todos os terrenos estão registrados cartograficamente no órgão público de registro de imóveis (Katasteramt) e juridicamente no cartório

de registro de imóveis (Grundbuchamt). O registro de imóveis é realizado pelos tribunais distritais (Amtsgericht) e apresenta todas as informações referentes ao terreno como propriedade, restrições quanto ao uso e finalidade e, especialmente, a garantia de direitos em caso de financiamentos (hipotecas, dívidas registradas). Também são criados livros de registro para propriedades parciais e para direitos de arrendamento a longo prazo (direito de superfície).

O direito alemão estabelece a presunção legal de que o livro de registro de imóveis (Grundbuch) reflete os direitos relacionados aos imóveis de forma precisa e completa. Este princípio de fé pública sobre a veracidade do registro de imóveis nem sempre é subentendido em outros países e oferece uma garantia adicional para o comprador em território alemão. Existe, assim, a possibilidade de aquisição por boa-fé mesmo que de pessoa não autorizada, desde que esta esteja inscrita no registro predial. Mesmo em caso de negligência ou desconhecimento, nada impede a aquisição por boa-fé. Somente o conhecimento positivo



por parte do comprador de que o titular inscrito não seja o proprietário legal ou que seu direito de dispor do imóvel seja limitado, exclui a aquisição por boa-fé.

Qualquer pessoa que demonstre um interesse legítimo tem o direito de acesso ao livro de registro de imóveis. O notário envolvido em um processo de compra e venda tem a obrigação legal de averiguar o respectivo registro do imóvel. Diferentemente de alguns países vizinhos, na Alemanha, o notário responde legalmente pela veracidade do registro averiguado (a menos que notifique as partes contratuais de que tal averiguação não tenha sido efetuada e estas queiram prosseguir com o ato de compra e venda).

Um contrato de compra e venda de um terreno tem que ser reconhecido por um cartório notarial. Sem o reconhecimento notarial o contrato é nulo e sem validade. A possibilidade de reconhecimento por notários estrangeiros ainda é controversa.

No direito alemão faz-se, diferentemente de outros países estrangeiros, uma diferenciação entre o contrato de compra e venda e a aquisição real do bem. Isto significa que o direito de propriedade não coincide temporalmente com o contrato de compra e venda e não está associado ao momento de sua realização. A posse de uma propriedade somente ocorre depois do reconhecimento notarial da transferência de propriedade e prevê a chamada *Auflassung*, um ato de declaração, na presença simultânea das duas partes (comprador e vendedor) perante uma autoridade competente e a subsequente inscrição no registro de imóveis. Esta declaração muitas vezes já está incluída no contrato de compra e venda, no entanto, tem que passar pelo notário e, somente depois do cumprimento de determinadas condições, pode ser enviada para registro no livro de registro de imóveis (por exemplo, após realização completa do pagamento).

O comprador de um imóvel ou terreno tem o direito à "isenção de pendências" perante o vendedor. O imóvel ou terreno tem



que estar livre de qualquer tipo de pendência, seja de fato ou jurídica. Na prática, a garantia sobre imóveis usados normalmente, é excluída. É por isso que o comprador deve tomar algumas precauções importantes no contrato:

A planta construída e o uso previsto para o imóvel devem estar aprovados pelo órgão correspondente. O imóvel não deve apresentar defeitos ocultos de construção; o vendedor deve relacionar todos os problemas conhecidos; os impostos e demais taxas públicas devem estar pagos. Não devem haver outros encargos, a não ser os registrados no livro de registro imobiliário. A propriedade e o terreno devem estar isentos de danos ambientais.

No caso de imóveis padrões, ou seja, aqueles que não foram construídos para uma finalidade industrial específica, o proprietário deve estar ciente de que, em caso de venda do imóvel - dentro de um período de carência de dez anos após compra ou construção - os ganhos de capital estão sujeitos à tributação, mesmo que não seja usuário comercial.

## M. Impostos

De modo geral, o sistema fiscal na Alemanha repassa os impostos ao governo federal. Alguns impostos também são coletados pelos estados e outros pelos municípios. A administração financeira do governo federal recupera a maioria dos impostos sobre contribuintes e os impostos estaduais, em nome do estado. Os impostos estão divididos em diferentes grupos:

- a) impostos sobre rendimentos, incluem o imposto de renda sobre pessoa física, o imposto de renda sobre pessoa corporativa e o imposto sobre atividade industrial ou comercial;
- b) impostos de circulação, incluem o imposto sobre o valor agregado e o imposto sobre transmissões onerosas sobre imóveis;
- c) impostos de consumo, que compreendem o imposto sobre combustíveis e vários outros impostos especiais. Os princípios do direito tributário alemão são definidos pelo Código Tributário (Abgabenordnung - AO) e os vários tipos de impostos são regidos por leis próprias. Entre as leis mais importantes, destaca-se a Lei do Imposto de Renda (Einkommensteuergesetz - EkStG), a Lei do Imposto de Renda sobre Pessoa Corporativa (Körperschaftsteuergesetz - KStG), a Lei do Imposto sobre Operações de Comércio Exterior (Außensteuergesetz - AStG), a Lei do

Imposto sobre Atividade Industrial ou Comercial (Gewerbsteuergesetz - GewStG) e a Lei do Imposto sobre o Valor Agregado (Umsatzsteuergesetz -UStG).

### I. Obrigatoriedade fiscal na Alemanha

Pessoas e empresas estabelecidas na Alemanha, ou que desenvolvam uma atividade profissional ou empresarial neste país, estão sujeitas – de forma limitada ou ilimitada – ao sistema tributário alemão.

A pessoa física com domicílio ou residência habitual na Alemanha ou a sociedade corporativa (uma GmbH, por exemplo) com sede ou administração na Alemanha, está sujeita à tributação ilimitada. De forma simplificada, seus rendimentos em todo o mundo estão sujeitos à tributação na Alemanha.

Caso as condições para uma obrigação fiscal ilimitada não sejam dadas, mas a pessoa ou a empresa gere rendimentos na Alemanha, então estará sujeita a uma



obrigação fiscal limitada. Esta obrigação refere-se apenas aos rendimentos auferidos em território alemão. Casos típicos de obrigações fiscais limitadas são rendimentos provenientes de uma ocupação temporária, atividade comercial de uma sucursal, rendimentos de bens de capital ou de propriedades na Alemanha. Para atividades profissionais de pessoas e atividades comerciais ou empresariais de empresas estrangeiras na Alemanha deve-se analisar regularmente, se estas estão sujeitas ao imposto limitado.

Além da restrição à parcela de renda obtida internamente, existe um conjunto de regras específicas para o tratamento de rendimentos obtidos por pessoas estrangeiras na Alemanha.

#### Acordo de dupla tributação

Sempre que um indivíduo ou empresa gerar rendimentos não apenas em seu país de origem, mas também no exterior, estará sujeito, em princípio, à tributação tanto no seu país de origem como no país onde

obtem rendimentos. Para evitar a dupla tributação em atividades e investimentos internacionais, a Alemanha tem celebrado com uma série de outros países, acordos para evitar a dupla tributação (Doppelbesteuerungsabkommen – DBA). Estes acordos determinam para os dois países contratantes, até onde um Estado tem direito de tributar os rendimentos auferidos em seu território. A Alemanha mantém acordos deste tipo com todos os países industrializados e vários países parceiros, inclusive o Brasil.

A maioria desses acordos (DBA) segue o modelo da convenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e isenta rendimentos estrangeiros de tributação na Alemanha ou incorpora impostos pagos no exterior à responsabilidade fiscal alemã. O modelo usado com mais frequência é a isenção progressiva. Nesta modalidade, o montante de rendimentos estrangeiros não é utilizado no cálculo dos rendimentos tributáveis, somente para fixar a taxa tributária. Os acordos de dupla tributação e suas disposições estão

disponíveis no site do Ministério Federal de Finanças Alemão (Bundesfinanzministerium) ([www.bundesfinanzministerium.de](http://www.bundesfinanzministerium.de))

## II. Tipos de impostos

Rendimentos de pessoas naturais (p. ex. sociedades individuais) estão sujeitos ao Imposto de Renda sobre Pessoa Física (Einkommensteuer); rendimentos de pessoas jurídicas (sociedades de capitais) ao Imposto de Renda sobre Pessoa Corporativa (Körperschaftsteuer). Desde a redução realizada em 2008 da taxa de imposto corporativo para 15%, a reforma tributária favoreceu as Sociedades Anônimas (AGs) e as Sociedades Limitadas (GmbHs), desde que os lucros não sejam retirados. Caso contrário, a carga tributária é bastante semelhante. Empresas comerciais pagam também, independentemente de sua forma jurídica, imposto comercial segundo a taxa municipal. Um exemplo de cálculo para este imposto é apresentado em uma tabela no capítulo "GmbH".

### 1. Imposto de Renda sobre Pessoa Física (Einkommensteuer)

O imposto de renda tributa o rendimento de pessoas naturais, também como sócias de empresas constituídas em sociedade (GbR, OHG, KG, GmbH & Co. KG). Sociedades pessoais não estão sujeitas nem ao imposto de renda de pessoa física nem cor-

porativa. A Lei de Imposto de Renda (Einkommensteuergesetz – EStG) distingue entre sete tipos de rendimentos, segundo sua origem:

- Operação comercial
- Trabalho autônomo
- Atividade agrícola e florestal
- Mão-de-obra empregada
- Bens de capital
- Arrendamento e locação
- Outros rendimentos

Para calcular o imposto de renda, todos os rendimentos são somados e tributados sob uma taxa percentual única. Na Alemanha, não são praticadas taxas diferenciadas para tipos de rendimentos diferentes. A taxa de imposto de renda varia entre 14% e 45%, aumentando de acordo com o montante dos rendimentos (taxa de imposto progressivo). No período fiscal 2010 (ou seja, para rendimentos alcançados durante o ano de 2010) o valor de isenção fiscal é de 8.004,00 euros (valor básico de isenção). A partir de uma receita de 250.731,00 euros, será aplicada a taxa máxima de 45%. Os valores são duplicados em caso de casais que prestem declaração conjunta de imposto de renda. Em alguns casos, o imposto sobre atividade comercial pago pela empresa é deduzido do imposto de renda de seus sócios.

Além do imposto de renda, a Alemanha cobra a, assim chamada, sobretaxa de solidariedade (5,5% do imposto de renda) e o



imposto da igreja (de 8% a 9% do imposto de renda). Sob certas circunstâncias, a igreja pode renunciar a este imposto.

Os ganhos de capital (lucro realizado com a venda ou dissolução de quotas em corporações) podem ser tributáveis em apenas 60% do total de lucros, desde que cumpram certas condições. Nesses casos, será aplicada a taxa de classificação tributária do contribuinte. Este, assim chamado, Teileinkünfteverfahren (tributação parcial) substituiu o sistema em vigor até 2008 denominado Halbeinkünfteverfahren, onde 50% dos ganhos auferidos estavam sujeitos à tributação.

Os benefícios de dividendos resultantes de atividades empresariais também são submetidos, desde 2009, a apenas 60% de tributação segundo a taxa tributária do contribuinte (até 2008 em 50%). No entanto, os esforços do contribuinte para alcançar esse rendimento também são dedutíveis apenas de forma parcial.

Benefícios provenientes de cotas acionárias detidas como bem privado são tributados, a partir de 2009, com uma taxa fixa de 25% na forma de imposto retido na fonte (Abgeltungssteuer). Se a taxa tributária do contribuinte for menor que esta taxa de 25%, ele poderá escolher a menor.

Contribuintes nacionais que mantêm relações comerciais com países estrangeiros, principalmente investimentos no exterior, devem observar a Lei do Imposto sobre Operações de Comércio Exterior (Außensteuergesetz - AStG), que tem ficado ainda mais rígida nos últimos anos. Esta lei foi aprovada, basicamente, para evitar transferências injustificadas de renda para países de baixa tributação. O contribuinte é obrigado a prestar informações sobre todos os fatos relevantes de suas transações financeiras. Além disso, a AStG considera as chamadas sociedades intermediárias (Base Companies), ou seja, aquelas sem atividade comercial própria, não existentes do ponto de vista fiscal: seus benefícios são tributados na Alemanha, mesmo que a empresa não tenha dividendos.



## 2. Imposto sobre folha de pagamento (Lohnsteuer)

O imposto sobre a folha de pagamento é aquele que recai sobre benefícios provenientes de trabalho não autônomo. Este imposto é coletado pelo empregador por meio de dedução do salário do empregado e deduzido do seu imposto de renda. O imposto sobre a folha de pagamento é classificado em cinco classes, dependendo da situação familiar do empregado. O imposto retido na fonte é transmitido por via eletrônica pelo empregador para o órgão de finanças responsável (Finanzamt). O mesmo se aplica aos comprovantes de imposto de renda (Lohnsteuerbescheinigung).

## 3. Imposto de Renda sobre Pessoa Corporativa (Körperschaftsteuer)

Pessoas corporativas ou pessoas jurídicas, em especial as sociedades de capital em forma de GmbH ou AG, estão sujeitas ao Imposto de Renda sobre Pessoa Corporativa em vez do Imposto de Renda sobre Salário.

Desde 2008, a taxa do imposto corporativo é de apenas 15%. Além do imposto de renda, a Alemanha também cobra uma sobretaxa de solidariedade (Solidaritätszuschlag), que corresponde a 5,5% do imposto de renda, e o imposto sobre atividade comercial (Gewerbesteuer), cuja taxa é determinada pelos municípios. Sempre que uma sociedade de capital tiver quotas em outras empresas nacionais e estrangeiras, os dividendos e ganhos de capital (lucro realizado com a venda de ações), em princípio, são isentos de imposto corporativo. Apenas uma percentagem de 5% está sujeita à tributação.

Acionistas, normalmente, colocam à disposição de suas sociedades de capital meios financeiros provenientes de empréstimos a juros, em vez de capital próprio. O direito tributário alemão reconhece apenas quantias limitadas como empréstimos, de tal forma que a empresa não deve contabilizar estes juros para benefícios fiscais. Desde a Reforma Tributária para Empresas (Unternehmenssteuerreform) em 2008, despesas com juros são dedutíveis apenas no valor

do montante de juros referentes ao mesmo ano fiscal.

Se uma sociedade de capitais gera uma perda financeira durante um ano fiscal, ela pode descontá-lo do lucro realizado no ano anterior. Também é possível lançar perdas e prejuízos em exercícios futuros. Esta prática permite o lançamento de perdas e prejuízos até o valor de 1 milhão de euros em um ano fiscal que poderá ser deduzido do novo lucro até um montante de 60% (o chamado imposto mínimo). O valor restante será, então, transferido para os anos seguintes.

#### 4. Imposto sobre atividade comercial (Gewerbsteuer)

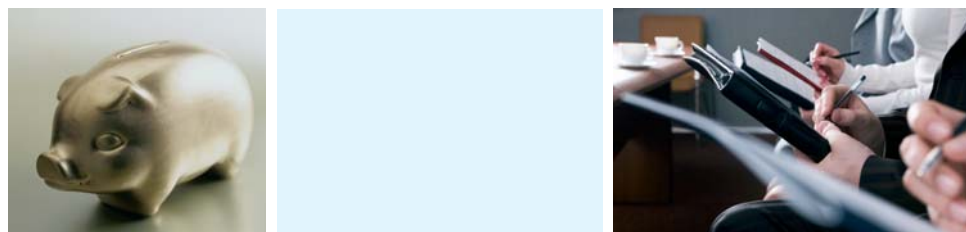
O imposto sobre atividade comercial recai sobre todas as empresas comerciais, independentemente de sua forma jurídica. A legislação base é a Lei do Imposto sobre Atividade Industrial ou Comercial (Gewerbesteuergesetz - GewStG). Profissionais autônomos como advogados, contadores, auditores, etc., não estão sujeitos ao imposto sobre atividade comercial – a não ser que estejam registrados sob forma de GmbH ou AG. Este imposto é taxado pelos municípios, entretanto, cobrado pelo Órgão de Administração Financeira (Finanzverwaltung).

Os municípios têm o direito de determinar o montante do imposto comercial a ser cobrado. Este valor baseia-se no valor base do imposto comercial que, desde 2008, é

de 3,5% da receita comercial, independentemente da forma jurídica da empresa. Sobre este valor, os municípios agregam um fator multiplicador que deve ser, no mínimo, de 200%. Em municípios menores chega a 360% e em municípios maiores é, muitas vezes, superior a 400%. Com um fator multiplicador de 400%, por exemplo, o imposto sobre atividade comercial será de 14% sobre a receita comercial.

#### 5. Imposto sobre o Valor Agregado (Umsatzsteuer)

A Alemanha dispõe, como todos os países membros da União Européia, de um sistema de impostos sobre valores agregados. Este sistema é regulamentado segundo a Lei do Imposto sobre o Valor Agregado (Umsatzsteuergesetz – UStG) e apóia-se em diretrizes do sistema de impostos sobre o valor agregado da UE. Este imposto sobre vendas, conhecido como “imposto sobre todas as fases”, tem por finalidade tributar o valor agregado a cada passo de transformação ou comercialização do produto. Este imposto é adicionado ao valor de venda do produto em cada fase da cadeia econômica e pode ser deduzido de obrigações fiscais como imposto pago por antecipação. Em última instância, apenas a diferença realizada em cada nível da cadeia econômica é passível de tributação. Como resultado, o imposto sobre o valor agregado é pago apenas pelo consumidor final, o qual não pode efetuar deduções.



É importante distinguir o objeto da relação comercial entre um produto ou um outro tipo de serviço. A questão da tributação na Alemanha depende dos critérios mencionados no § 1 da UStG, sendo que o local de entrega do produto ou de realização do serviço desempenha um papel muito importante.

A taxa do imposto sobre valor agregado na Alemanha é de 19%. Alguns produtos como livros, jornais, impressos ou serviços públicos são taxados em 7%. Normalmente, o imposto sobre valor agregado é calculado mensalmente e o valor devido é transferido ao Órgão de Administração Financeira local (Finanzamt). No caso de valores menores, o pagamento do imposto pode ser trimestral ou anual.

Desde 2005, as declarações de imposto sobre o valor agregado devem ser transmitidas eletronicamente à receita.

As chamadas transações intra-comunitárias devem observar o “princípio do país de destino”, como prevê a UE. Isto significa que, caso os pré-requisitos sejam cumpri-

dos, por exemplo, se uma empresa alemã entrega mercadorias para uma empresa francesa, o comprador da mercadoria na França é que deve declarar a compra.

A fim de verificar se cada compra de mercadoria está sendo tributada, a UE estabeleceu um procedimento de notificação. As empresas precisam especificar em quais montantes e para quais empresas realizaram entregas de mercadoria dentro da Comunidade Européia.

Para participar do mercado de livre comércio da UE é necessário obter um número de identificação fiscal adicional (Umsatzsteuer-Identifikationsnummer), que é concedido mediante solicitação. Um processo semelhante de controle foi introduzido em 2010 para a prestação de certos serviços intra-comunitários. Estes são serviços para os quais o beneficiário estrangeiro é quem deve pagar o imposto sobre valor agregado.

No comércio com países terceiros, também existem regulamentações próprias a serem observadas. Especialmente em atividades

comerciais com parceiros comerciais da UE e com países terceiros existem formalidades legais complexas e extensas que devem ser cumpridas.

### 6. Imposto sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis (Grunderwerbsteuer)

O Imposto sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis recai sobre toda a disposição real de um imóvel ou terreno em território alemão, em particular a venda, mas também certos contratos de opção conforme previstos pela Lei de Imposto sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis (Grunderwerbsteuer – GrEStG). Na maioria dos casos, a taxa é de 3,5% sobre o ganho obtido com a transferência da propriedade. Algumas operações de compra, como a aquisição de um imóvel de baixo valor, são isentas de tributação.

Este imposto recai sobre transferências de terrenos com ou sem área construída, assim como sobre direitos similares que possam ser transferidos (como o direito à construção) e é pago, geralmente, pelo comprador. O imposto de transferência também é devido quando ocorre uma venda de cotas de sociedades ou empresas, que por sua vez, possuam bens imóveis. Além disso, a transferência de um terreno de uma GmbH (sociedade de responsabilidade limitada) para outra também é tributável, mesmo que ambas pertençam ao mesmo acionista.

### III. Registro na Repartição de Finanças

Se o plano é o estabelecimento de uma empresa ou uma atividade autônoma individual de longo prazo na Alemanha, deverá ser realizado simultaneamente um registro na Repartição de Finanças local (Finanzamt). Este órgão concederá, automaticamente, um número de identificação fiscal à empresa (Steuernummer).

Caso a abertura de empresa tenha que ser reconhecida por um notário, como no caso da GmbH, este informará o fato ao respectivo órgão de finanças. Depois da certificação dos documentos de abertura da empresa, o notário é obrigado a informar a Repartição de Finanças local sobre a criação da GmbH e enviar a esta a respectiva documentação da nova empresa. Em posse dos documentos, o órgão responsável concederá à nova empresa, automaticamente, um número de identificação fiscal.

Se a empresa pretender atuar de forma internacional, deverá solicitar, além do número de identificação fiscal, um número de identificação fiscal suplementar (Umsatz-ID-Nr). Este deve ser solicitado por escrito ao Órgão Federal de Finanças em Saarlouis:

<http://www.bzst.bund.de>

## N. Serviços de orientação e incentivo em Niedersachsen

A oferta do estado de Niedersachsen e de suas instituições econômicas e de assessoria para empresários estrangeiros têm crescido significativamente nos últimos anos. O objetivo é mostrar aos empresários as oportunidades de mercado e assessorar as empresas de forma rápida e eficaz. A seguir, será apresentada uma visão geral dos serviços oferecidos pelo estado de Niedersachsen.

Uma visão mais ampla sobre estes serviços pode ser acessada no site [www.service.niedersachsen.de](http://www.service.niedersachsen.de). Neste site você também encontrará formulários e publicações.

### I. Governo do Estado

O governo de Niedersachsen é composto por um governador (Ministerpräsident) e um gabinete de ministros.

O governador é eleito pelo parlamento em votação secreta e nomeia seus ministros.

Atualmente, Christian Wulff é o governador de Niedersachsen. Seu gabinete é composto por nove ministros. Os Ministérios e a Chancelaria do Estado (Staatskanzlei) são os órgãos de maior instância na administração estadual. A função de Ministro da Economia para Niedersachsen é exercida atualmente por Dirk Bode. A principal tarefa desse Ministério é criar condições ideais para que as empresas sediadas em Niedersachsen possam exercer suas atividades econômicas. Seu foco principal é a criação de um bom clima de investimento, apoio à empresas já existentes e à criação de novas empresas, além da promoção de competitividade da região econômica Niedersachsen no contexto europeu e mundial.

### Niedersächsische Staatskanzlei

Planckstraße 2, 30169 Hanôver

Tel.: 0049 511120 0

Fax: 0049 511 120 6830

E-mail: [poststelle@stk.niedersachsen.de](mailto:poststelle@stk.niedersachsen.de)

[www.stk.niedersachsen.de](http://www.stk.niedersachsen.de)

## Niedersächsisches Ministerium für Wirtschaft, Arbeit und Verkehr

Am Friedrichswall 1, 30159 Hanôver

Tel.: 0049 511 1 20 0

Fax: 0049 511 1 20 57 72

www.mw.niedersachsen.de

## II. Financiamento e apoio a projetos em todo o país

### 1. NBank, o banco de fomento e investimento do Estado de Niedersachsen

NBank (Investitions- und Förderbank Niedersachsen GmbH) é o banco estadual de fomento de Niedersachsen. A tarefa desse banco consta em usar os recursos transferidos pelo governo para auxiliar, particularmente, pequenas e médias empresas. O estado de Niedersachsen detém 50% do capital social do banco. O NBank foi fundado com o objetivo de apoiar financeiramente investimentos realizados no estado. Uma área importante de atividade do NBank é, também, o apoio financeiro à empresas de Niedersachsen em mercados internacionais. O NBank iniciou suas operações em 1º de janeiro de 2004. A sede do banco está localizada em Hanôver e apresenta escritórios regionais em Brunswick, Lüneburg e Oldenburg. A eficiência do NBank está baseada na sua cooperação com as câmaras de comércio, câmaras industriais, associações e bancos distritais. O NBank disponibiliza informações, informa sobre os programas e oportunidades de

apoio às empresas por parte dos municípios, do estado, do governo federal e da UE. O NBank também ajuda as empresas na seleção do respectivo programa de apoio e coordena as várias formas de financiamento com as atividades empresariais. Além disso, o NBank também oferece consultoria em marketing e controle para pequenos empresários. Coordena programas escolares para a formação profissional. Oferece programas como o Crédito-Niedersachsen ou coaching para novos empreendedores.

### Investitions- und Förderbank Niedersachsen GmbH – NBank

Beratungscenter Hanôver

Günther-Wagner-Allee 12-14

30177 Hannover

Tel.: 0049 511 30031 333

Fax: 0049 511 30031 11333

E-mail: beratung@nbank.de

www.nbank.de

### 2. MBG – Sociedade de Participação Financeira

Um outro tipo de instituição de fomento em Niedersachsen são as sociedades de participação financeira, como a Mittelständische Beteiligungsgesellschaft Niedersachsen – MBG. Esta instituição participa financeiramente como “sócio ouvinte” de empresas de médio-porte e pequenas empresas de tecnologia.



### Mittelständische Beteiligungsgesellschaft (MBG) mbH

Schiffgraben 33, 30175 Hanôver

Tel.: 0049 511 337 05 0

Fax: 0049 511 337 05 55

E-mail: info@nbb-hannover.de

www.nbb-hannover.de

### 3. NBB – Banco de Garantia Mútua

O Niedersächsische Bürgschaftsbank GmbH (NBB) é um órgão de financiamento econômico. Sua meta é auxiliar empresas de médio-porte com o capital necessário para que possam iniciar ou expandir suas atividades. Mais informações sobre o NBB podem ser encontradas no site do banco.

### Niedersächsische Bürgschaftsbank Niedersachsen

Schiffgraben 33, 30175 Hanôver

Tel.: 0049 511 337 05 0

Fax: 0049 511 337 05 55

E-mail: info@nbb-hannover.de

www.nbb-hannover.de

### 4. NORD/LB

O NORD/LB é um dos maiores bancos estaduais da Alemanha. O NORD/LB desempenha a função de um banco central para 81 bancos de poupança (Sparkassen) nos estados de Niedersachsen, Sachsen-Anhalt e Mecklenburg-Vorpommern. NORD/LB ajuda os estados com o financiamento municipal. O foco principal de operação do NORD/LB é o norte da Alemanha e o norte e leste europeu.

### NORD/LB Norddeutsche Landesbank Girozentrale

Friedrichswall 10, 30159 Hanôver

Tel.: 0049 511 361-0

Fax: 0049 511 361-2502

E-mail: info@nordlb.de

www.nordlb.de

## III. Fomento regional, estabelecimento empresarial e comércio exterior

Atualmente, Niedersachsen detém aproximadamente 50 sociedades de participação

diretas e, através da Hannoversche Beteiligungsgesellschaft (Sociedade de Participação Financeira de Hannover), indiretas - também em empresas do setor privado. A tarefa das sociedades com participação do Estado é trabalhar na implementação de metas importantes de desenvolvimento regional, mercado de trabalho, infra-estrutura e política econômica.

### 1. NGlobal-Niedersachsen Global GmbH

"Niedersachsen Global" (NGlobal) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2009, como o mais novo órgão estadual para o desenvolvimento econômico. Seu foco principal é combinar tarefas de gestão de estabelecimento empresarial, comércio exterior e promoção do estado de Niedersachsen como região econômica. NGlobal incorporou a antiga Agência de Promoção de Investimentos (Investment Promotion Agency – IPA).

Além de atrair investimentos para a região de Niedersachsen, NGlobal também pretende ser o ponto de partida para empresas do Estado que queiram dedicar-se à exportação. A entrada de empresas, sem experiência internacional, no mercado mundial, necessita de assessoramento e acompanhamento eficiente.

O segundo pilar do órgão, a promoção da região econômica Niedersachsen como local de investimento, é reforçado pela transferência de responsabilidades da antiga "Investment Promotion Agency (IPA).

- Promoção da região (informações sobre as vantagens do estado e sua política de incentivo)
- Estabelecimento e recrutamento de empresas
- Gerenciamento dos escritórios de representação do estado no exterior
- Coordenação de viagens de delegações ao exterior
- Acompanhamento de delegações estrangeiras
- Organização de programas de cooperação
- Organização de participações em feiras nacionais e internacionais
- Realização de eventos (como, por exemplo, seminários sobre comércio exterior) e participação de Niedersachsen em grandes eventos como feiras mundiais e apresentações sobre a região no dia 03 de outubro no exterior.

Em cooperação com o Ministério da Economia, as viagens de delegações empresariais do estado de Niedersachsen também serão realizadas, futuramente, em conjunto com o Niedersachsen Global. Estas viagens oferecem a pequenos e médios empresários uma excelente oportunidade para estabelecer contatos de negócios no exterior e conhecer mais sobre a situação econômica local. Para as empresas que participam destas viagens de negócios são organizadas plataformas de intercâmbio e cooperação com oportunidades de visitas a empresas estrangeiras. Para maiores informações sobre estas viagens de negócios, sobre as delegações e como inscrever-se consulte o site [www.n-global.de](http://www.n-global.de).

### Niedersachsen Global GmbH (NGlobal)

Osterstraße 60, 30159 Hanôver

Tel.: 0049 511 897039-13

Fax: 0049 511 89 70 39-69

E-mail: [info@nglobal.de](mailto:info@nglobal.de)

[www.nglobal.de](http://www.nglobal.de)

Com o intuito de intensivar o contato econômico com países estrangeiros, o estado de Niedersachsen tem estabelecido vários escritórios de representação no exterior. Como resultado de vários trabalhos de cooperação, foram criadas nos últimos anos representações na China, Índia, Rússia, nos Emirados Árabes Unidos e nos Estados Unidos.

### NGlobal – Pools empresariais e outros parceiros

Além dos seis escritórios de representação, o NGlobal estabeleceu, com o apoio de diferentes organizações, mais quatro pools empresariais. Estes pools oferecem à empresas de Niedersachsen a oportunidade de entrarem em mercados como Rússia, Estados Unidos, Arábia Saudita e, futuramente, também Brasil, de forma bastante econômica.

### 2. O poder de inovação de Niedersachsen

A organização "Innovatives Niedersachsen GmbH" foi fundada em 2007 como uma empresa estadual. Esta instituição tem por objetivo acompanhar a política de inovação do estado com uma presença marcante na mídia e forte campanha publicitária sobre a

região. Isso inclui concepção, organização e implementação das respectivas atividades de divulgação. Além disso, "Innovatives Niedersachsen" também oferece informações sobre o potencial de inovação de empresas e instituições de pesquisa sediadas em Niedersachsen com notícias atualizadas diariamente no seu portal internet. Empresas oriundas de Niedersachsen ainda têm a oportunidade de participar como patrocinadoras – ou apoiar por meio de outras atividades – a campanha de inovação, assim como publicar notas de imprensa sobre o poder de inovação de Niedersachsen.

### Innovatives Niedersachsen GmbH

Kurt-Schumacher-Straße 24

30159 Hanôver

Tel.: 0049 511 760 726-0

Fax: 0049 511 760 726-19

### 3. DMAN – Deutsche Management Akademie Niedersachsen gGmbH

A Academia Alemã de Administração de Negócios de Niedersachsen (Deutsche Management Akademie Niedersachsen – DMAN) foi fundada em 1989 como uma instituição sem fins lucrativos e dedica-se ao desenvolvimento das relações econômicas entre o oriente e o ocidente. Esta academia oferece vários cursos de formação nas áreas de qualificação administrativa e cooperativa. Os cursos de qualificação oferecidos na cidade de Celle, próxima a Hanôver, transmitem conhecimentos teóri-



cos e práticos: os programas da DMAN são oferecidos em estreita colaboração com empresas do estado, que apoiam a academia por meio da organização de estágios práticos, de instrutores e do estabelecimento de contatos com empresas de países do ocidente e do oriente.

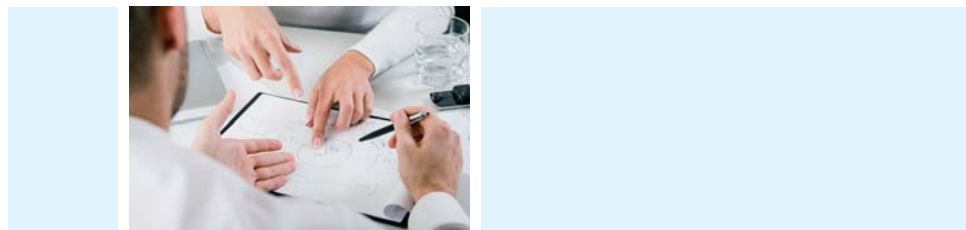
A Academia promove o crescimento dos países parceiros da Alemanha e apóia novos contatos comerciais entre empresas de Niedersachsen e estrangeiras. A DMAN mantém um escritório de representação em Moscou, onde também se encontra a representação de Niedersachsen na Rússia.

**Deutsche Management Akademie  
Niedersachsen gGmbH**  
Schloßplatz 1, 29221 Celle  
Tel.: 0049 5141 973 0  
Fax: 0049 5141 973 200  
E-mail: info@dman.de  
www.dman.de

#### IV. Câmaras

A Câmara da Indústria e do Comércio (Industrie- und Handelskammern – IHK) e a Câmara de Artes e Ofícios (Handwerkskammer) desempenham um papel importante em matéria de consulta, fomento econômico e apoio para empresas e jovens empresários em seus passos iniciais. Do ponto de vista legal, a filiação em uma câmara local é obrigatória para todas as empresas alemãs. As câmaras são instituições da economia e para a economia. Elas oferecem os seguintes serviços:

Influenciam – a nível municipal, estadual, federal e europeu – a opinião e as decisões de formadores de opinião política; colaboram para a determinação de regras de mercado; apoiam por meio de produtos e serviços o cumprimento de metas empresariais; informam as empresas sobre investigações científicas, oportunidades de qualificação e formação profissional, oportunidades de vendas, serviços e processos; apoiam as empresas em questões logísticas, jurídicas, fiscais e de abertura de novas empresas,



assim como em questões relacionadas ao comércio eletrônico; informam sobre oportunidades de vendas no exterior e apoiam o estabelecimento de contato com empresas estrangeiras

#### 1. Câmara da Indústria e do Comércio (IHK)

Sob a organização da Câmara Alemã da Indústria e do Comércio (DIHK) a rede de Câmaras da Indústria e do Comércio vai sendo ampliada tanto na Alemanha quanto no exterior e vai aumentando os padrões de qualidade. Atualmente 81 câmaras IHK pertencem à Câmara Alemã da Indústria e do Comércio (DIHK).

**Deutscher Industrie- und  
Handelskammertag (DIHK)**  
Breite Straße 29, 10178 Berlin  
Tel.: 0049 30 20 308 0  
Fax: 0049 30 20 308 1000  
E-mail: infocenter@berlin.dihk.de  
www.dihk.de

Em Niedersachsen há 7 Câmaras da Indústria e do Comércio, bem como algumas representações. As câmaras organizam, quase que diariamente, seminários e conferências sobre os mais variados temas, como por exemplo, seminários para jovens empresários sobre questões legais, fiscais ou organizacionais.

#### **Industrie- und Handelskammer Braunschweig**

Brabantstraße 1, 38100 Braunschweig  
Tel.: 0049 531 4715 0  
Fax: 0049 531 4715 299  
E-mail: postmaster@braunschweig.ihk.de  
www.braunschweig.ihk.de

#### **Industrie- und Handelskammer Hannover**

Schiffgraben 49, 30175 Hanôver  
Tel.: 0049 511 31 070  
Fax: 0049 511 31 073 33  
E-mail: info@hannover.ihk.de  
www.hannover.ihk.de

### Industrie- und Handelskammer Lüneburg/ Wolfsburg

Am Sande 1, 21335 Lüneburg  
Tel.: 0049 4131 742424  
Fax: 0049 4131 742180  
E-mail: [service@lueneburg.ihk.de](mailto:service@lueneburg.ihk.de)  
[www.ihk24-lueneburg.de](http://www.ihk24-lueneburg.de)

### Oldenburgische Industrie- und Handelskammer

Moslestraße 6, 26122 Oldenburg  
Tel.: 0049 441 2220 0  
Fax: 0049 441 2220 111  
E-mail: [infocenter@oldenburg.ihk.de](mailto:infocenter@oldenburg.ihk.de)  
[www.ihk-oldenburg.de](http://www.ihk-oldenburg.de)

### Industrie- und Handelskammer Osnabrück-Emsland

Neuer Graben 38, 49074 Osnabrück  
Tel.: 0049 541 3 53 0  
Fax: 0049 541 3 53 1 22  
E-mail: [ihk@osnabrueck.ihk.de](mailto:ihk@osnabrueck.ihk.de)  
[www.osnabrueck.ihk24.de](http://www.osnabrueck.ihk24.de)

### Industrie- und Handelskammer für Ostfriesland und Papenburg

Ringstraße 4, 26721 Emden  
Tel.: 0049 49 21 89 01 0  
E-mail: [info@emden.ihk.de](mailto:info@emden.ihk.de)  
[www.ihk-emden.de](http://www.ihk-emden.de)

### Industrie- und Handelskammer Stade für den Elbe-Weser-Raum

Am Schäferstieg 2, 21680 Stade  
Tel.: 0049 4141 524 0  
Fax: 0049 4141 524 111  
E-mail: [info@stade.ihk.de](mailto:info@stade.ihk.de)  
[www.stade.ihk24.de](http://www.stade.ihk24.de)

## 2. Câmaras de Artes e Ofícios

As Câmaras de Artes e Ofícios oferecem, especialmente para pequenas empresas, um serviço bastante completo. Além do gerenciamento e representação dos interesses de seus membros, as Câmaras de Artes e Ofícios também se entendem como unidades prestadoras de serviço. Assim, as empresas associadas podem informar-se amplamente sobre questões jurídicas ou em matérias relacionadas à proteção ambiental. Mesmo em questões como preparação de sucessores e abertura de empresa, aquele que procurar ajuda vai encontrar parceiros competentes nas Câmaras de Artes e Ofícios. Os interesses das Câmaras de Artes e Ofícios de Niedersachsen são representados a nível federal e europeu pela Confederação Central das Câmaras de Artes e Ofícios com sede em Berlim.

### Zentralverband des Deutschen Handwerks

Haus des Deutschen Handwerks  
Mohrenstraße 20/21, 10117 Berlim  
Tel.: 0049 30 206 19 0  
E-mail: [info@zdh.de](mailto:info@zdh.de)  
[www.zdh.de](http://www.zdh.de)



### Handwerkskammer Hannover

Berliner Allee 17, 30175 Hanôver  
Tel.: 0049 511 3 48 59 0  
Fax: 0049 511 3 48 59 32  
E-mail: [info@hwk-hannover.de](mailto:info@hwk-hannover.de)  
[www.hwk-hannover.de](http://www.hwk-hannover.de)

## 3. Outras câmaras

Existem ainda muitas outras câmaras relacionadas com outras profissões como a Câmara de Arquitetura, Engenharia, Advogados e Farmacêuticos. Também aqui, a participação é obrigatória. A oferta de cursos, seminários e assessoria varia de acordo com o tamanho da câmara.

## V. Associações de classe

Pequenas e médias empresas de diversos setores têm, ainda, a oportunidade de se organizarem em associações. As associações de classe apoiam seus membros e representam seus interesses a nível de auto-regulamentação e federal.

## VI. Sociedades regionais de incentivo econômico

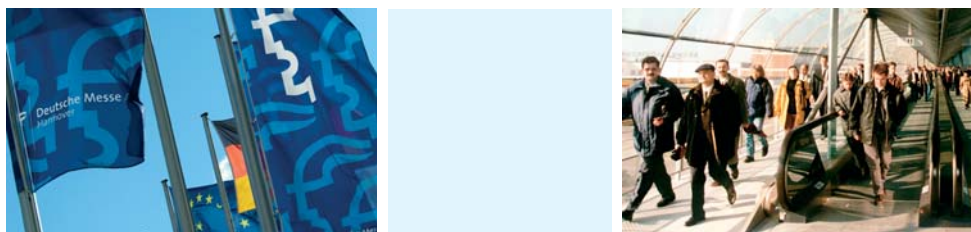
Além das já citadas, existem ainda muitas outras agências regionais de apoio ao desenvolvimento econômico em Niedersachsen. Essas agências oferecem, na maioria dos casos, excelentes oportunidades para empresas estrangeiras. Apenas para dar um exemplo, citamos a HannoverImpuls, que apresenta inúmeras ofertas para a criação, o crescimento e o estabelecimento de empresas na região de Hanôver, como a Plug & Work.

### Hannoverimpuls GmbH

Vahrenwalder Straße 7, 30165 Hanôver  
Tel.: 0049 511 300 333 0  
Fax: 0049 511 300 333 99  
E-mail: [info@hannoverimpuls.de](mailto:info@hannoverimpuls.de)  
[www.hannover.impuls.de](http://www.hannover.impuls.de)

## VII. Portal de busca KomSIS

O Sistema Municipal de Informação Niedersachsen (Kommunale Standort-Informationssystem Niedersachsen – KomSIS) é



um portal de negócios que reúne 400 marcas e municípios do estado de Niedersachsen. O KomSIS é um sistema de informações que oferece uma ferramenta de pesquisa, fácil e gratuita, sobre áreas comerciais e industriais nas cidades do estado. As empresas interessadas podem pesquisar sobre determinada localização e têm a oportunidade de negociar diretamente com a pessoa certa.

Através de informações rápidas sobre os pontos de localização e a oportunidade de comparação, o sistema fornece uma ferramenta extremamente útil para investidores nacionais e estrangeiros. Para mais informações consulte o site [www.komsis.de](http://www.komsis.de) ou escreva para [info@komsis.de](mailto:info@komsis.de).

## VIII. Feiras

Hanôver é um dos centros de feiras de negócios mais importantes da Alemanha e também o que oferece a maior área para exposições. A Feira Industrial de Hanôver (Hannover Messe Industrie) é a maior feira industrial alemã; a CeBIT, a maior feira

mundial de computadores e tecnologia da informação.

A Deutsche Messe AG é quem desenvolve, planeja e executa feiras e exposições, tanto nacionais como internacionais. Ela dispõe de amplo know-how e experiência no planejamento e na execução de uma variedade de feiras, exposições e conferências nacionais e internacionais.

Empresas que queiram expor em uma das feiras organizadas pela Deutsche Messe AG, recebem consultoria completa e podem recorrer a um pacote diversificado de serviços.

A Deutsche Messe AG organiza inúmeras feiras em todo o mundo. Além disso, coopera com vários escritórios de representação do estado de Niedersachsen no exterior.

### Deutsche Messe AG

Messegelände  
30521 Hanôver  
Tel.: 0049 511 89-0  
Fax: 0049 51189-32626  
[www.messe.de](http://www.messe.de)

## As 100 maiores empresas de Niedersachsen em volume de vendas

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
1 (1)	Volkswagen AG (C)	Wolfsburg	113.808,0	357.207	Automobilístico
	Volkswagen AG	Wolfsburg	56.710,0	96.152	Automobilístico
	Volkswagen Nutzfahrzeuge	Hannover	9.607,0	17.780	Automobilístico
	Volkswagen Leasing GmbH	Braunschweig	7.116,5	54	Financeiro
	Volkswagen Logistics GmbH & Co. OHG	Wolfsburg	2.319,4	2.803	Serviços (transporte)
2 (2)	TUI AG (C)	Hannover	24.908,0	74.569	Turismo, navegação
	TUI AG	Hannover	3.417,0	333	Turismo
3 (3)	Continental AG (C)	Hannover	24.238,7	150.920	Fornecedor da indústria automotiva
	ContiTech Holding GmbH (C)	Hannover	3.007,0	21.860	Fornecedor da indústria automotiva
	Continental AG	Hannover	2.592,7	7.634	Fornecedor da indústria automotiva
4 (4)	Salzgitter AG (C)	Salzgitter	12.449,2	23.866	Produção de ferro e aço
	Salzgitter Flachstahl GmbH	Salzgitter	2.764,3	4.419	Produção de aço
	Peiner Träger GmbH	Peine	948,4	1.118	Indústria metalúrgica
	DEUMU Deutsche Erz- und Metall-Union GmbH	Peine	828,1	263	Reciclagem de metais
5 (7)	AGRAVIS Raiffeisen AG (C)	Hannover	5.810,6	4.408	Comércio de produtos agrícolas

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Sector
6 (5)	EWE AG (C)	Oldenburg	5.327,3	5.347	Abastecimento de energia
	EWE AG	Oldenburg	4.259,9	874	Abastecimento de energia
7 (6)	MGL Metro Group Logistics Warehousing GmbH & Co. KG	Sarstedt	5.049,1	3.574	Comércio de atacado e logística
8 (8)	E.ON Avacon AG (C)	Helmstedt	3.798,3	3.010	Abastecimento de energia
9 (9)	hagebau Handels- GmbH für Baustoffe & Co. KG	Soltau	3.666,9	285	Comércio de materiais de construção por atacado e varejo
10 (12)	Georgsmarienhütte Holding (C)	Georgsmarienhütte	3.291,6	10.778	Produção de ferro e aço
	Georgsmarienhütte GmbH	Georgsmarienhütte	723,4	1.181	Produção de ferro e aço
11 (22)	EDEKA Minden-Hannover GmbH (C)	Wiefelstede	3.000,0	11.990	Comércio por atacado (gêneros alimentícios)
12 (10)	KME Germany AG (C)	Osnabrück	2.975,3	6.737	Indústria metalúrgica de metais não ferrosos
	KME Germany AG & Co. KG	Osnabrück	1.366,9	2.901	Indústria metalúrgica de metais não ferrosos
13 (19)	Enercon GmbH	Aurich	2.965,0	575	Equipamentos para produção de energia eólica
14 (17)	Stadtwerke Hannover AG	Hannover	2.843,5	2.472	Abastecimento de energia
	Stadtwerke Hannover AG (C)	Hannover	2.748,9	2.591	Abastecimento de energia

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Sector
15 (13)	Dow Deutschland Anlagen-GmbH	Stade	2.650,0	2.650	Indústria química
16 (15)	NORDMILCH eG (C)	Zeven	2.522,0	2.538	Indústria alimentícia
17 (14)	Unternehmensgruppe Hellmann (C)	Osnabrück	2.489,0	7.422	Indústria de transporte
18 (21)	Dirk Rossmann GmbH	Burgwedel	2.471,0	16.927	Comércio por atacado e varejo (Drogaria)
19 (23)	REWE Group Niedersachsen	Hannover	2.290,5	9.119	Comércio a varejo
20 (18)	Elastogran Gruppe (C)	Lemförde	2.201,8	1.774	Indústria química
21 (16)	ZF Lemförder GmbH (subgroup)	Lemförde	1.951,0	7.226	Tecnologia de transportes
22 (26)	PHW Gruppe (C)	Visbek	1.932,6	4.761	Indústria alimentícia
	Lohmann & Co. AG	Visbek	884,0	1.780	Indústria alimentícia
23 (20)	Novelis Deutschland GmbH	Göttingen	1.862,8	2.400	Indústria metalúrgica de metais não ferrosos
24 (25)	heristo gruppe	Bad Rothenfelde	1.696,0	3.426	Indústria alimentícia
25 (31)	Konica Minolta Business Solutions Europe GmbH (C)	Langenhagen	1.686,3	5.432	Produção e distribuição de sistemas de impressão e cópias
	Konica Minolta Business Solutions Europe GmbH	Langenhagen	965,7	297	Produção e distribuição de sistemas de impressão e cópias
	Konica Minolta Business Solutions Deutschland GmbH	Langenhagen	348,3	1.316	Produção e distribuição de sistemas de impressão e cópias
26 (37)	Johnson Controls Power Solutions Europe (C)	Hannover	1.644,8	3.296	Produção de pilhas recarregáveis

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
	VB Autobatterie GmbH & Co. KGaA	Hannover	988,5	794	Produção de pilhas recarregáveis
27 (39)	Wilhelm Hoyer Gruppe (C)	Visselhövede	1.615,5	750	Comércio por atacado (óleo mineral)
	Wilhelm Hoyer KG	Visselhövede	1.557,6	417	Comércio por atacado (óleo mineral)
28 (28)	J. Bunting Betteilungs-AG (C)	Leer	1.600,0	2.351	Comércio por atacado e varejo (alimentos, chá)
29 (41)	CARGILL GmbH	Salzgitter	1.533,8	399	Indústria alimentícia
30 (38)	Krone Gruppe (C)	Spelle	1.489,0	1.990	Produção de máquinas agrícolas e transportes comerciais
31 (24)	DAUN & Cie. AG (C)	Rastede	1.485,9	12.000	Fornecedor das indústrias têxteis e automotiva
32 (29)	Siemens AG	Laatzen	1.442,1	4.556	Eletrotécnica
33 (30)	Solvay Deutschland (group)	Hannover	1.403,2	2.377	Indústria química
34 (32)	Faurecia Autositze GmbH	Stadthagen	1.322,9	4.092	Fornecedor da indústria automobilística
35 (35)	Symrise AG (C)	Holzminden	1.319,9	5.152	Produção e distribuição de aromas e aromatizantes
36 (33)	Mars GmbH	Verden (Aller)	1.313,5	1.650	Produção e distribuição alimentos e produtos para animais de estimação
37 (36)	expert AG (C)	Langenhagen	1.289,7	572	Comércio por atacado e varejo (aparelhos elétricos e eletrônicos)

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
38 (34)	Nordzucker AG (C)	Braunschweig	1.191,7	2.844	Indústria alimentícia
	Nordzucker AG	Braunschweig	841,8	1.080	Indústria alimentícia
39 (43)	New Yorker S.H.K. Jeans GmbH (C)	Braunschweig	1.130,0	11.500	Comércio por atacado e varejo (prod. têxteis)
40 (40)	WABCO Gruppe Hannover (C)	Hannover	1.101,7	2.907	Fornecedor da indústria automobilística
41 (47)	H&R Wasag AG (C)	Salzbergen	1.035,0	1.340	Indústria química
42 (44)	Nexans Deutschland GmbH Gruppe (C)	Hannover	935,7	6.533	Produção de cabos
43 (45)	Nordland Papier GmbH	Dörpen/ Ems	849,6	1.579	Indústria de papel
44 (49)	Trinks GmbH	Goslar	848,8	1.275	Comércio por atacado (bebidas)
45 (53)	MTU Maintenance Hannover GmbH	Langenhagen	836,0	1.585	Manutenção de motores de avião
46 (52)	TÜV Nord Gruppe (C)	Hannover	830,4	7.857	Serviços de inspeção técnica
47 (55)	BauKing AG (C)	Hannover	770,5	2.935	Comércio por atacado e varejo (materiais de construção)
48 (46)	Toto-Lotto Niedersachsen GmbH	Hannover	734,8	181	Loteria
49 (54)	CBR Fashion Holding GmbH (C)	Celle	700,0	600	Comércio por atacado (produtos têxteis)
50 (58)	Wernsing Unternehmensgruppe (C)	Essen (Oldenburg)	661,0	2.690	Indústria alimentícia
51 (51)	Robert Bosch Elektronik GmbH	Salzgitter	642,4	1.868	Eletrotécnica

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
52 (56)	Felix Schoeller Holding (C)	Osnabrück	636,8	2.433	Indústria de papel
53 (48)	GLUNZ AG (C)	Meppen	636,6	2.231	Materiais de madeira
	GLUNZ AG	Meppen	526,6	808	Materiais de madeira
54 (50)	AWD Holding AG (C)	Hannover	633,0	2.007	Serviços financeiros
55 (73)	D & S Fleisch GmbH	Essen (Oldenburg)	631,7	567	Indústria alimentícia
56 (68)	K+S Salz GmbH (C)	Hannover	618,6	2.394	Produção e distribuição de produtos de sais industriais
57 (67)	KWS Gruppe (C)	Einbeck	599,1	2.856	Sementes, biotecnologia
58 (86)	KCA Deutag Gruppe (C)	Bad Bentheim	599,0	3.768	Perfurações profundas
59 (62)	GP Günter Papenburg AG (C)	Schwarmstedt	596,3	3.079	Indústria de construção
60 (63)	riha – Gruppe (C)	Rinteln	590,9	2.163	Indústria alimentícia
61 (64)	Otto Bock Firmengruppe (C)	Duderstadt	576,3	4.361	Indústria ortopédica, transformação de plásticos
	Otto Bock HealthCare GmbH	Duderstadt	476,3	3.883	Indústria ortopédica
62 (77)	Braunschweiger Versorgungs-Gruppe (C)	Braunschweig	573,4	1.069	Fornecedor de energia
	Braunschweiger Versorgungs AG & Co. KG	Braunschweig	566,2	600	Fornecedor de energia
63 (76)	Bahlsen Gruppe (C)	Hannover	548,9	2.838	Indústria alimentícia
	Bahlsen GmbH & Co. KG	Hannover	441,0	1.972	Indústria alimentícia
64 (71)	Wessels + Müller Gruppe (C)	Osnabrück	540,4	1.985	Comércio por atacado (peças de automóveis)
65 (66)	Sprehe Gruppe (C)	Cappeln	536,0	1.921	Indústria alimentícia

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
66 (57)	E.ON IS GmbH (C)	Hannover	524,1	1.967	Prestação de serviços para o setor da energia
67 (61)	Sartorius AG (C)	Göttingen	521,1	4.623	Laboratório e processamento tecnológico para biotecnologia
68 (70)	Laurens Spethmann Gruppe (C)	Seevetal	520,0	1.500	Comércio por atacado (gêneros alimentícios)
69 (75)	Köster AG	Osnabrück	520,0	1.000	Indústria da construção
70 (60)	H. C. Starck GmbH	Goslar	513,2	1.740	Indústria química
71 (59)	Lenze Gruppe (C)	Aerzen	505,4	3.346	Tecnologia de automação e direção
72 (72)	Verlagsgesellschaft Mad-sack GmbH & Co. KG (C)	Hannover	505,2	3.007	Editora
73 (78)	Unternehmensgruppe Gausepohl (C)	Dissen a.T.W.	490,0	800	Indústria alimentícia
74 (69)	ZF Boge Elastmetall GmbH (subgroup)	Damme	489,0	2.786	Fabricação de plásticos
	ZF Boge Elastmetall GmbH	Damme	365,2	1.702	Fabricação de plásticos
75 (80)	Big Dutchman AG (C)	Vechta	474,8	1.484	Equipamentos para estábulo
76 (-)	Robert Bosch Car Multimedia GmbH	Hildesheim	464,8	2.174	Eletrotécnica
77 (89)	Stiebel Eltron GmbH & Co. KG (C)	Holzminden	458,0	2.752	Eletrotécnica
78 (91)	Sonepar Deutschland/ Region Nord-Ost GmbH	Hannover	455,6	885	Comércio por atacado (eletrotécnico)

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
79 (84)	Röchling Engineering Plastics KG	Haren – Altenberge	451,7	2.055	Produtos de borracha e plástico
80 (83)	Berentzen Gruppe AG (C)	Haselünne	448,7	708	Indústria alimentícia
81 (79)	Kamax Gruppe (C)	Osterode am Harz	446,0	2.622	Fabricação de equipamentos e moldes
82 (85)	HOMANN Feinkost GmbH	Dissen a.T.W.	435,0	1.600	Indústria alimentícia
83 (93)	Gebr. Stolle GmbH & Co. KG	Visbek	428,2	408	Indústria alimentícia
84 (99)	Domäne Gruppe (C)	Hardeggen	424,0	1.589	Comércio a varejo
85 (92)	Baker Hughes INTEQ GmbH	Celle	423,9	1.211	Produção de sistemas perfurantes
86 (82)	Piepenbrock Unternehmensgruppe (C)	Osnabrück	422,8	25.464	Serviços, tecnologias de empacotamento
87 (87)	CEWE Color Holding AG (C)	Oldenburg	420,0	2.921	Indústria fotográfica
88 (-)	ALSTROM Transport Deutschland GmbH	Salzgitter	402,6	2.330	Construção de veículos e trilhos ferroviários
89 (81)	NT plus GmbH	Osnabrück	401,2	303	Comércio por atacado (telecomunicações)
90 (96)	H. Kemper GmbH & Co. KG	Nortrup	400,7	1.380	Indústria alimentícia
91 (88)	Ricoh Deutschland GmbH	Hannover	397,2	1.630	Distribuição de equipamentos de comunicação para escritório
92 (90)	Sennheiser electronic GmbH & Co. KG (C)	Wedemark	385,8	2.117	Sistemas acústicos
93 (-)	Frischli Milchwerke GmbH	Rehburg-Loccum	378,5	530	Indústria alimentícia

Pos.	Empresa	Localização	Volume de vendas (Milhões euros)	Empregados	Setor
94 (100)	Vion Zeven AG	Zeven	376,9	333	Indústria alimentícia
95 (-)	Sievert AG & Co. KG (C)	Osnabrück	367,2	1.374	Indústria de material de construção
96 (-)	Conditorei Coppentrath & Wiese GmbH & Co. KG	Osnabrück	360,0	1.800	Indústria alimentícia
97 (-)	Stadtwerke Osnabrück AG	Osnabrück	347,6	920	Abastecimento de energia, companhia transportadora
98 (94)	Uelzena eG	Uelzen	343,7	319	Indústria alimentícia
99 (97)	Rücker GmbH	Aurich	343,6	252	Indústria alimentícia
100 (65)	Komatsu Deutschland GmbH (C)	Hannover	342,5	932	Máquinas de construção

Fonte: Análises e comentários macroeconômicos do Banco NORD/LB, Dezembro/2009.



